



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

RAÍSSA SANTOS BARBOSA

“SALVAGUARDA DA COLEÇÃO DE PROCESSOS E LIVROS CARTORIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ-BRASIL (1818-1970)”: um projeto do Centro de Memória da Amazônia para o Endangered Archives Programme da Biblioteca Britânica

BELÉM-PA

2025

RAÍSSA SANTOS BARBOSA

“SALVAGUARDA DA COLEÇÃO DE PROCESSOS E LIVROS CARTORIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ-BRASIL (1818-1970)”: um projeto do Centro de Memória da Amazônia para o Endangered Archives Programme da Biblioteca Britânica

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de História, Campus Guamá da Universidade Federal do Pará, como requisito necessário para obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Dr. Antonio Mauricio Dias da Costa.

BELÉM-PA
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Barbosa, Raíssa Santos.

SALVAGUARDA DA COLEÇÃO DE PROCESSOS E LIVROS CARTORIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ-BRASIL (1818-1970): um projeto do Centro de Memória da Amazônia para o Endangered Archives Programme da Biblioteca Britânica / Raíssa Santos Barbosa. — 2025.

49 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Antonio Mauricio Dias da Costa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de História, Belém, 2025.

1. Digitalização. 2. Preservação. 3. História. 4. Amazônia. 5. Arquivos.

I. Título.

CDD 981.15

“SALVAGUARDA DA COLEÇÃO DE PROCESSOS E LIVROS CARTORIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ-BRASIL (1818-1970)”: um projeto do Centro de Memória da Amazônia para o Endangered Archives Programme da Biblioteca Britânica

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de História, Campus Guamá da Universidade Federal do Pará, como requisito necessário para obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Dr. Antonio Mauricio Dias da Costa.

Data de aprovação: ___/___/___

Conceito:

Banca Examinadora:

Presidente da Banca Examinadora
Dr. Antonio Mauricio Dias da Costa – PPHIST e FAHIS/UFPA

Membro interno
Dra. Magda Maria de Oliveira Ricci – PPHIST e FAHIS/UFPA

Aos bolsistas do Centro de Memória da Amazônia. Aos que foram, são e serão.

AGRADECIMENTOS

Há mais de dez anos, iniciei minha jornada como acadêmica de História pela UFPA, cursando primeiramente o bacharelado e, posteriormente, o mestrado. Em 2021, enquanto ainda estava no mestrado, decidi retomar a graduação para cursar também a licenciatura em História. Agora, ao concluir essa segunda graduação, começo uma nova etapa acadêmica com o ingresso no doutorado.

Embora possa parecer uma decisão inusitada, muitos colegas do bacharelado também optaram por obter sua formação em licenciatura em faculdades particulares. A diferença é que, no meu caso, eu retornava para a Faculdade de História da UFPA.

Pela primeira vez me tornei bolsista no Centro de Memória da Amazônia, onde construí laços e amizades no trabalho cotidiano com o acervo. Foram esses colegas (bem mais jovens que eu) das áreas de História, Arquivologia e Biblioteconomia que me formaram nesta nova fase da vida. Relembro aqui alguns: Roger Rafael, Leandro Salles, Erike Pacheco, Vitor Jacques, Aline Emilly, Giovana Freire, Kellen Damasceno, Isaque Nascimento, Aline Tifany, Daniele Guimarães, Bianca Gondim, Williams Renan, Giordano Bruno, Giulia Lanna, Letícia Furtado, Demóstenes Zahluth, Renan Souza, Julio de Paula, Beatriz Noletto, Yasmim Gama, Vinicius Rodrigues, Amanda Kellem, Luara Cabral, Gabriel Valente, Yasmin Braga, Íris Nascimento, Cleópatra Aguiar e, principalmente, Douglas Ribeiro e João Rocha, que foram fundamentais na construção deste relatório.

Agradeço também à professora Magda Ricci e ao meu orientador Antonio Maurício Costa, diretores do CMA, por terem coordenado minhas atividades como bolsista e por estarem presentes na banca de defesa deste relatório de projeto. Aos servidores do CMA, Eronice Catunda, por toda a confiança em mim; Marcelo Dergan e Elisângela Costa, pelas conversas formativas e pela disponibilidade em me ajudar sempre que precisei, meu muito obrigada.

O Centro de Memória da Amazônia foi um lugar onde refinei minha prática como historiadora e ampliei meus horizontes sobre a história. Foi um laboratório que moldou quem sou, como profissional e como pessoa. Eu, filha da classe trabalhadora, encontrei ali a oportunidade de trabalhar com algo que amei, mesmo por vezes sendo um trabalho pesado, longe das pompas e dos holofotes da vida acadêmica. O “chão” do acervo foi onde me senti bem: entre carregamentos de caixas para pesquisa, recebimento de toneladas de livros e exposições que planejei com minhas próprias mãos. Sempre com minhas luvas e meu avental como companheiros. O presente relatório narra esta experiência, a minha atuação em um projeto do CMA no qual me dediquei por anos.

Quero agradecer também aos colegas das turmas de Licenciatura 2020 e 2021 pelo convívio durante as aulas e outras atividades. Em especial, expresso minha gratidão aos professores Taissa Bichara, Erinaldo Cavalcanti e Raimundo Diniz, cujas aulas sobre o ensino de História me permitiram compreender sua importância na formação dos alunos, para serem cidadãos conscientes e participativos, capazes de interpretar o mundo e exercer a cidadania de forma responsável. Quero também agradecer à professora Danielle Moura, da Escola de Aplicação da UFPA, cuja prática docente e orientação nas disciplinas de PCC e estágio, com as turmas de 6º ano, foram fundamentais para minha formação como professora.

Por fim, agradeço à minha família: meus sobrinhos Thaíssa, Luíza e João Marcus; meus pais, Renata e Ezequiel; minha irmã Raquel e meu cunhado Igor; e meu esposo João Victor (meu parceiro de profissão, formado pela mesma Faculdade de História e sempre disposto a compartilhar seus pareceres sobre minhas produções).

Sou grata a cada pessoa que conviveu comigo neste percurso. É um prazer ter cumprido mais uma graduação na Faculdade de História da UFPA, que completou 70 anos no ano passado e está presente há mais de uma década na minha (ainda) curta vida.

*Se considerarmos o acervo do Centro de Memória
como um "álbum de família", ele é um "álbum" de
muitas e diversas famílias. O ato de lembrar-se de
alguma forma nos une! O esquecimento sempre
nos separa*

(Décio Guzman, Otaviano Vieira e Fernanda
Bombardi, 2008).

RESUMO

O relatório que segue apresenta as atividades desenvolvidas durante o projeto intitulado "Salvaguarda da Coleção de Processos e Livros Cartoriais do Tribunal de Justiça do Pará – Brasil (1818-1970)", realizado pelo Centro de Memória da Amazônia (CMA) em parceria com a Biblioteca Britânica (Reino Unido). O objetivo do projeto era promover o tratamento, a catalogação e a digitalização de processos criminais e livros cartoriais pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE/PA), cujo acervo está salvaguardado pelo CMA desde 2007. Com a participação de uma equipe de bolsistas do curso de história da Universidade Federal do Pará (UFPA), a metodologia de trabalho do projeto envolveu atividades de leitura dos processos para preenchimento de uma planilha de metadados fornecida pela Biblioteca Britânica, além da digitalização dos documentos em mesas iluminadas e com suporte para câmeras profissionais. Após a captura de imagens, elas eram salvas em formato TIFF e armazenadas em discos rígidos externos com cópia de segurança na plataforma de armazenamento virtual *sharepoint*. A digitalização foi realizada em um período de 21 meses. Como resultado, foram digitalizados 3.586 processos criminais e inquéritos policiais, que ficarão disponíveis no site do *Endangered Archives Programme* e do Centro de Memória da Amazônia. A digitalização do acervo do Tribunal de Justiça do Pará, que abrange mais de dois séculos de documentos sobre justiça, crime, modos de vida e outros temas, contribui com as reflexões acerca da história social da Amazônia, preservando informações e abrindo novas oportunidades para pesquisadores e a sociedade civil.

Palavras-chave: Digitalização; Preservação; História; Amazônia; Arquivos.

ABSTRACT

The following report presents the activities carried out during the project entitled "Safeguarding the collection of processes and registry offices' documents from the Court of Justice of Pará, Brazil, 1818-1970", conducted by the Amazônia Memory Center (CMA) in partnership with the British Library (United Kingdom). The project aimed to promote the treatment, cataloging, and digitization of criminal court records and notary books belonging to the Court of Justice of the State of Pará (TJE/PA), whose collection has been safeguarded by the CMA since 2007. With the participation of a team of scholarship holders from the history course at the Federal University of Pará (UFPA), the project's methodology involved activities such as reading court records to fill out a metadata spreadsheet provided by the British Library, as well as digitizing documents on illuminated tables with support for professional cameras. After image capture, they were saved in TIFF format and stored on external hard drives with a backup copy on the virtual storage platform sharepoint. The digitization was carried out over a period of 21 months. As a result, 3.586 criminal cases and police investigations were digitized and will be available on the Endangered Archives Programme and Amazônia Memory Center websites. The digitization of the Court of Justice of Pará collection, which spans over two centuries of documents on justice, crime, ways of life, and other topics, contributes to reflections on the social history of the Amazônia, preserving information and opening up new opportunities for researchers and civil society.

Keywords: Digitization; Preservation; History; Amazônia; Archives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1: Fotografia do Fundo TJE/PA no acervo do CMA, com foco nas estantes que correspondem a série crime.....	16
IMAGEM 2: Caixa do fundo TJE/PA no acervo do CMA.....	18
IMAGEM 3: Planilha de controle de caixas digitalizadas dos bolsistas para o EAP1465.....	19
IMAGEM 4: Localização da série crime nas estantes do CMA.....	20
IMAGEM 5: A estrutura dos processos criminais no período que corresponde as primeiras datas-limite dos processos do Fundo TJE-PA no CMA.....	21
IMAGEM 6: Parte da primeira equipe que iniciou o EAP1465 no CMA.....	27
IMAGEM 7 e 8: Catálogo pertencente ao fundo TJE/PA e Habilitação de Casamento digitalizada pelo CMA em 2022.....	28
IMAGEM 9 e 10: Como eram feitas as digitalizações no CMA antes do EAP1465.....	29
IMAGEM 11: Planilha <i>Institutions of Deposit</i>	30
IMAGEM 12: Planilha <i>Individual Family Institution</i>	30
IMAGEM 13: Planilha <i>Technical Details-Images</i>	31
TABELA 1: Elementos da planilha de descrição.....	31
IMAGEM 14: Primeiras colunas da planilha <i>Description</i> . Em amarelo o nível coleção, em verde o nível série e em azul o nível arquivo.....	33
IMAGENS 15 e 16: Transcrição de cada item das planilhas em português e Orientações para a revisão das planilhas de acordo com os padrões do EAP.....	34
IMAGEM 17: Processo sendo convertido de Raw para Tiff no <i>Digital Photo Professional</i>	37
IMAGENS 18 e 19: O primeiro modelo de digitalização do EAP1465.....	38
IMAGEM 20: Reunião com a tutora do projeto, Jody Butterworth.....	39
IMAGEM 21: Fotografando manuscritos budistas no Butão.....	40
IMAGENS 22 e 23: Reunião do CMA-UFPA com CDHBA-UFOPA sobre a experiência deles nos projetos com a Biblioteca Britânica.....	42
IMAGEM 24 e 25: A digitalização correta e o recorte de imagens.....	44-45
IMAGEM 26: As cópias digitais enviadas em duas partes para o EAP.....	46
TABELA 2: Resultado do EAP1465.....	4

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. O ACERVODO CENTRODE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA.....	15
2.1. O Fundo do Tribunal de Justiça do Estado Pará.....	16
3. A DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL: OS PROCESSOS CRIMINAIS E SUAS PROCEDÊNCIAS.....	20
4. A METODOLOGIA DE TRABALHO NO EAP1465: A CRIAÇÃO E CATALOGAÇÃO DAS CÓPIAS DIGITAIS.....	26
5. OS RESULTADOS DO EAP1465 E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	48

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Memória da Amazônia, instituição pertencente à Universidade Federal do Pará, mantém a guarda, desde 2007, do acervo de processos judiciais, livros cartoriais e administrativos oriundos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. O TJE/PA, por sua vez, é uma instituição que existe desde o Decreto nº 2.342 de 1873 (Brasil, 1873), quando foi criado o Tribunal de Relação da cidade de Belém, ainda no período Imperial brasileiro.

A documentação do Tribunal de Justiça do Pará, salvaguardada pelo Centro de Memória da Amazônia, abrange grande diversidade de processos judiciais e livros, incluindo habilitações de casamento, autos de inventário, testamentos, inquéritos policiais e processos criminais, livros cartoriais e das repartições de justiça cível e criminal, dentre outros. São aproximadamente 32 toneladas de documentos, cerca de 2 km lineares de papéis produzidos pela justiça (Ricci & Costa, 2023), alguns sendo do século XVIII, mas em grande maioria produzidos a partir da segunda metade do século XIX até a data limite de 1970.

A parceria entre UFPA e TJE/PA foi formalizada através do Convênio N° 005/2007 (Tribunal de Justiça do Pará, 2007) com vigência de 50 anos. Este documento dispõe sobre a salvaguarda pela universidade do acervo inativo, especificamente cível e criminal, daquele tribunal. Em 2022, o Centro de Memória da Amazônia, através do projeto "Salvaguarda da Coleção de Processos e Livros Cartoriais do Tribunal de Justiça do Pará - Brasil (1818-1970)"¹, teve sua candidatura aceita pelo *Endangered Archives Programme*² - EAP (Programa de Arquivos Ameaçados), mantido pela Biblioteca Britânica e financiado pelo Fundo *Arcadia*.

Este programa acolhe candidaturas e concede subsídios para tornar possível a digitalização de arquivos em todo o mundo que estão em perigo de destruição, negligência, deterioração física ou que padecem por falta de recursos financeiros. Sob o código EAP1465, o objetivo do projeto era promover o tratamento, catalogação através de uma planilha de metadados e digitalização de 7.992 processos criminais e 402 livros cartoriais em um prazo de 2 anos, isto é, de agosto de 2022 a julho de 2024.

¹ Submetido em inglês como: "*Safeguarding the collection of processes and registry offices' documents from the Court of Justice of Pará, Brazil, 1818-1970 (EAP1465)*". Informação disponível na página do projeto: <<https://eap.bl.uk/project/EAP1465>>.

² Embora custodiado pela Biblioteca Britânica de Londres, é importante ressaltar que a EAP trabalha com centros regionais para atuar com treinamentos em todo mundo. São sedes para Ásia, África, Oriente Médio e Norte da África, América Latina e Caribe. A do Brasil se localiza no centro regional EAP que abrange a América Latina, sediado no Instituto Riva-Agüero da Pontifícia Universidade Católica do Peru.

Alguns imprevistos ocorreram durante o andamento do projeto, comprometendo o cumprimento dos objetivos, sobretudo os relacionados à quantidade de processos criminais e livros cartoriais que deveriam ter sido digitalizados. Por conta disso, o fim do projeto foi adiado de julho de 2024 para novembro de 2024 e, posteriormente, para março de 2025.

Ao todo, 3.087 (três mil e oitenta e sete) processos criminais (inclusos inquéritos policiais também) foram digitalizados pela equipe de bolsistas do Centro de Memória da Amazônia até o dia 10 de janeiro de 2025, quando as digitalizações terminaram³. Serão enviadas para a Biblioteca Britânica cerca de 211.618 (duzentos e onze mil seiscentos e dezoito) imagens em formato TIFF, o que representa 5,91 TB (*terabytes*) de arquivos divididos em dois *Hard Drives* externos⁴.

A metodologia de trabalho com os processos criminais, considerou a forma em que eles estão organizados no acervo do CMA, isto é, seguindo a ordem alfabética por procedência dos tipos de crime e inquéritos. Em outras palavras e de maneira resumida, as caixas estão organizadas nas estantes de acordo com suas procedências que são os Distritos Criminais, as Pretorias Criminais e as Varas Penais⁵.

Nas procedências, as caixas estão dispostas em ordem alfabética e cronológica. A ideia do projeto era que pudéssemos digitalizar todo o acervo, e, por isso, a ordem de catalogação e digitalização seguia a ordem do acervo. Por exemplo, a pretensão era digitalizar e catalogar desde "Acidente de Trabalho", a primeira caixa do acervo criminal, até "Violação de Domicílio", que era a última. Ao todo, os Distritos Criminais, as Pretorias Criminais e as Varas Penais possuem um total de 1.250 caixas, conforme indica a planilha de controle da digitalização, que foi o levantamento do que continha no acervo realizado pelos bolsistas para o início do projeto. No entanto, só foi possível cumprir a digitalização até "Espancamento", acrescida de duas caixas de "Flagrante e Comunicação de Prisão", totalizando 208 caixas dessas procedências digitalizadas para o EAP1465⁶.

A natureza dos processos criminais, isto é, sua característica processual de investigação e resolução de um determinado crime, faz com que eles tenham tamanhos e

³ Conforme a planilha de controle da digitalização, preenchida diariamente pelos bolsistas, esta se deu do dia 27 de março de 2023 até o dia 10 de janeiro de 2025.

⁴ Atualmente, os bolsistas estão na etapa de revisão para envio das imagens.

⁵ Também há processos criminais nas subséries Comarca dos Interiores e Inativos, no entanto, não foram procedências consideradas para este projeto.

⁶ Veremos que foram feitos tipos de crime como as Queixas-crime com a letra Q, que na ordem alfabética estão depois da letra E. Havia um pequeno problema na ordem alfabética do acervo e as caixas estavam antes da letra em que deveriam estar.

quantidades de páginas distintas. Por exemplo, geralmente os processos de "Flagrante e Comunicação de Prisão", que são mais diretos por só conterem as comunicações, têm duas páginas, enquanto para "Queixa-Crime Calúnia", que possuem muitas provas anexadas, a média é de 700 páginas por processo. Como o padrão de digitalização da Biblioteca Britânica recomendava que fossem digitalizadas uma página por vez, a captura de imagens demorava dependendo do tamanho do processo.

Isto é, esses elementos particulares presentes nos textos dos processos, como a investigação, denúncia, julgamento, sentença e outras características, podem vir ou não com muitos anexos (evidências, procurações, cartas, jornais, fotografias etc.), e certamente interferiram na velocidade com que uma caixa era digitalizada.

Apesar dos desafios surgidos, em grande parte devido às dúvidas sobre os formatos de planilha e imagem aceitos pela Biblioteca Britânica, esta experiência foi enriquecedora. O projeto de extensão nos ensinou muito sobre a preservação do patrimônio cultural, permitindo a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos em nossa formação acadêmica.

Além dos livros e das prateleiras, segundo Flores (2015, p. 245), os historiadores necessitam investir tempo de estudo em recursos tecnológicos avançados, como computadores, câmeras digitais e *softwares*, para realizar seu trabalho de forma eficiente e precisa. O projeto de digitalização dos processos criminais nos aproximou, como profissionais e estudantes de história, dessas tecnologias e mobilizou em nós também um sentido social dessa atividade, visto que, por meio da digitalização desses documentos históricos, que serão disponibilizados⁷ digitalmente na internet, ajudaremos a democratizar o acesso à memória cultural da região.

Com mais de dois séculos de documentos, o acervo do judiciário explora temas como direito, justiça, crime, família, gênero, classe, etnia, migração, entre outros. Como já dito, a digitalização realizada por nós, bolsistas, não apenas preserva as informações, mas suscita reflexões acadêmicas e sociais. Portanto, nos interessa aqui relatar as etapas do projeto até sua conclusão.

O objetivo deste relatório é apresentar os resultados e experiências do projeto EAP1465, que visou digitalizar o acervo judiciário do Tribunal de Justiça do Pará, além

⁷ Os catálogos com *link* para acesso às imagens digitalizadas, já estão disponíveis no site do CMA (cma.ufpa.br), é possível visualizar desde *Acidente de Trabalho* até *Dano*. Com exceção de *Atentado ao Pudor* e *Atentado Violento ao Pudor*, que para visualizar as imagens o pesquisador deve contatar o CMA por e-mail (cma@ufpa.br), visto que são processos com temas sensíveis e por isso de acesso mais restrito que os demais.

de discutir sua importância na formação de alunos da graduação em História da UFPA e para a preservação e disseminação do patrimônio cultural e histórico da Amazônia.

Para alcançar esse objetivo, se faz fundamental entender a característica do acervo judiciário presente no Centro de Memória, a história das procedências criminais, bem como dos processos criminais em si, sua estrutura e diálogo com os códigos penais de cada época. Será preciso também, evidenciar os desafios práticos da metodologia de trabalho como a planilha de Descrição, que além de extensa tinha que ser preenchida em inglês, com a digitalização de fotos em formato TIFF não compactado em alta resolução, com o armazenamento das cópias de segurança do acervo digitalizado e a revisão antes de enviar o projeto para a Biblioteca Britânica.

Para Anthea Case (2015, p. 45), em mais de dez anos de atividade, o EAP tem tido um impacto significativo nas comunidades onde os arquivos agraciados com o programa são situados, o que ajuda na continuação dos cuidados com a documentação após o término do projeto. Sua importância para o Centro de Memória da Amazônia como instituição é, além de tudo, o legado deixado nas condições materiais como as mesas digitalizadoras e câmeras profissionais, para que a digitalização de documentos continue. No que diz respeito à formação dos bolsistas na área de história, fica a habilidade e experiência na realização desta atividade e o contato com tecnologias e instrumentos digitais que os ajudarão em suas carreiras profissionais.

2. O ACERVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA

Antes de prosseguirmos, é importante esclarecer que o acervo do Judiciário não é o único tipo de documentação existente no Centro de Memória da Amazônia. A instituição salvaguarda uma diversidade de outras coleções importantes, que incluem a biblioteca, outros acervos arquivísticos e objetos museais.

A Biblioteca do CMA, foi criada em 2007⁸ com a doação, sobretudo, dos livros de dois importantes pesquisadores, Geraldo Mártires Coelho e Valmir Bispo Santos. Ao longo dos anos, o acervo bibliográfico recebeu mais doações dos acervos particulares de outros intelectuais, como Arthur Napoleão Figueiredo, Aluizio Lins Leal e, recentemente, de Raymundo Heraldo Maués e Maria Angélica Motta Maués.

Além disso, a biblioteca também possui um acervo de Obras Raras e coleções oriundas do Memorial do Livro Moronguetá, que incluem os acervos pessoais de Maria Annunciada Chaves, Raimundo Jinkings, Clóvis Moraes Rêgo, Inocêncio Machado

⁸ Relatório anual de atividades: Biblioteca do Centro de Memória da Amazônia, 2023.

Coelho, Francisco Paulo Mendes, Célia Bassalo, José Caripunas, Baim Klautau, Dalcídio Jurandir e Paulo Nunes.

Além das coleções já mencionadas, o Centro de Memória da Amazônia (CMA) também salvaguarda outros materiais arquivísticos importantes, como as coleções pessoais do deputado Paulo Fonteles, da ativista dos direitos humanos Marga Rothe e do político paraense e líder republicano Lauro Sodré. Além da coleção Carlos Miranda, composta pelo acervo histórico da Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará (UFPA), da documentação do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC) e, por fim, da coleção de fotografias e negativos produzidos para o Jornal Beira do Rio da UFPA.

Há também um número considerável de objetos com potencial museológico no acervo do CMA. A mobília em madeira de lei, armários e mesas que pertencem às coleções do Memorial do Livro Moronguêta, bem como, pequenos objetos como medalhas, quadros, esculturas, aparelhos projetores de slides, máquinas de escrever e máquinas fotográficas antigas, dentre outros, já expostos ou em exposição permanente no CMA, que fazem parte das coleções mencionadas anteriormente, como a de Marga Rothe.

Destacam-se ainda duas máquinas tipográficas da linha Original Heidelberg Cilindre que pertenceram à Imprensa Universitária, atual Gráfica e Editora da UFPA, criada em 1963 e que funcionou no prédio onde hoje está situado o CMA, no bairro do Reduto, desde o ano de 1980⁹ até 2007.

Abriga também, como objeto museal, um projetor de cinema histórico que pertenceu ao Cinema Dois, um cine de rua do bairro da Campina em Belém que funcionou de 1978 a 2006. O projetor foi fabricado pela empresa inglesa A. Kershaw & Sons Ltd. e doado ao Centro de Memória pela família que foi proprietária do cinema, para ser exposto e marcar a presença do cinema em meio à diversidade material sobre a história da Amazônia que o acervo da instituição possui, mesmo que nem todos os objetos mencionados estejam em exposição no CMA neste momento.

2.1.O Fundo do Tribunal de Justiça do Estado Pará

A documentação do TJE/PA no Centro de Memória da Amazônia, está organizada em um *fundo*, nível de descrição arquivística que corresponde ao conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por uma entidade ou indivíduo em decorrência de suas atividades (ISAD(G)¹⁰, 2000. p. 15).

⁹ Plano de desenvolvimento da Gráfica Universitária da UFPA 2016-2025

¹⁰ Sigla para Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.

O próximo nível de detalhamento é o de *série* documental, conjunto de documentos organizados de forma sistemática, seja por terem sido produzidos ou acumulados por um mesmo processo de arquivamento (Ibidem, p. 16). No caso da documentação de processos judiciais do TJE/PA, as séries são Cível ou Crime. Depois vêm as *subséries*, que são os tipos de ações judiciais nos documentos cíveis e os tipos de crime ou inquéritos policiais no caso dos documentos criminais.

As subséries possuem uma unidade básica que são os *processos*, documentos agrupados que se referem a um mesmo assunto (Ibidem, p. 15). São as subséries que estão organizadas em caixas nas estantes do acervo, em ordem numérica, alfabética e cronológica.

IMAGEM 1: Fotografia do Fundo TJE/PA no acervo do CMA, com foco nas estantes que correspondem a série crime



Fonte: Foto de Douglas Gustavo, 27 de fevereiro de 2025.

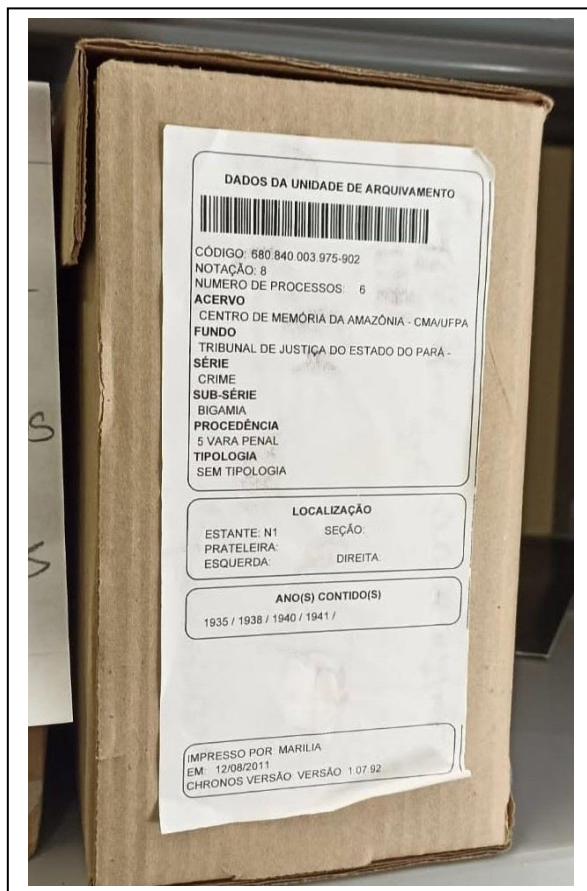
Dito isto, a organização da documentação criminal e o nível de detalhamento de sua descrição arquivística é como no exemplo seguinte:

- Acervo: Centro de Memória da Amazônia
- Fundo: Tribunal de Justiça do Estado do Pará
- Série: Crime
- Subsérie: Acidente de Trabalho
- Procedência: 8ª Vara Penal

Abaixo, a fotografia de uma caixa do crime de Bigamia etiquetada através do antigo sistema *Chronos* em 2011. Este, por sua vez, foi um programa gerenciador de arquivos na linguagem de programação Java que passou a ser utilizado no CMA por volta do ano de 2011. No entanto, o acesso a este programa foi perdido entre 2016 e 2017, conforme rememoram alguns bolsistas da época. As caixas, em sua maioria, foram etiquetadas

através dele.

IMAGEM 2: Caixa do fundo TJE/PA no acervo do CMA



Fonte: Foto de Raíssa Barbosa, 22 de maio de 2023.

Para a candidatura no projeto, a então diretora do Centro de Memória da Amazônia e historiadora Prof^a. Dra. Magda Ricci, fez junto aos bolsistas um levantamento da série crime e chegou-se a uma estimativa de 7.992 processos divididos entre os 3 Distritos Criminais, as 4 Pretorias Criminais e as 10 Varas Penais da Comarca de Belém.

Foi essa a quantidade registrada no projeto para documentos que seriam digitalizados. Atualmente, sabemos que o número de processos é maior, algo em torno de *16 mil*, resultado inclusive do trabalho diário dos bolsistas com essa documentação, que em relação a série cível, havia sido menos manuseada até então.

Como resultado do levantamento inicial para o projeto, uma planilha de controle do trabalho dos bolsistas com as caixas foi criada. Nos anos de projeto ela sempre foi atualizada pela equipe, sendo acrescentadas caixas que estavam no acervo, mas não informadas na planilha e vice-versa. Nela estão listadas todas as subséries, procedências e quantidade de caixas da série crime desde a subsérie “Acidente de Trabalho” até a de “Violação de Domicílio”.

Essa planilha indica um total aproximado de 1.250 caixas existentes na série crime do fundo TJE/PA. Contando com 149 caixas nos Distritos Criminais, 299 nas Pretorias e 802 nas Varas Penais.

IMAGEM 3: Planilha de controle de caixas digitalizadas dos bolsistas para o EAP1465

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1	Subsérie	Procedência	Caixa	Digitalização	Data	Status	Conversão	Data	Status	Observações	Recorte no Photoshop
221	Subsérie	Procedência	Caixa	Digitalização	Data	Status	Conversão	Data	Status	Observações	Recorte no Photoshop
222	Entorpecentes	1ª Pretoria	Única	Luara	26/nov	ok	Luara	05/nov	ok	Falta fazer PDF	Processos recortados no HD4 e Sharepoint
223	Entorpecentes	2ª Pretoria	Única	Julio	26/nov	ok			ok		Raissa Processos recortados no HD4 e no sharepoint
224	Entorpecentes	3ª Pretoria	Única	Isaque	27/nov	ok	Isaque	28/nov	ok		
225	Entorpecentes	2ª Vara Penal	1	Anna	29/nov	ok	Anna	19/dez	ok	Falta fazer PDF	Processos recortados e upados no HD4 e Sharepoint
226	Entorpecentes	2ª Vara Penal	2	Giordano	03/dez	ok	Giordano	09/nov	ok		Bianca Recortando
227	Entorpecentes	3ª Vara Penal	1	Aline T	06/dez	ok	Aline T	11/dez	ok	Falta fazer PDF	Amanda K. Recortados e upados no HD4 e no Sharepoint
228	Entorpecentes	3ª Vara Penal	2	Isaque	03/dez	ok	Isaque	04/dez	ok		
229	Entorpecentes	3ª Vara Penal	3	Isaque	05/dez	ok	Isaque	06/dez	ok		
230	Entorpecentes	3ª Vara Penal	4	Luara	05/dez	ok	Luara	09/dez	ok	Falta fazer PDF	Processos recortados no HD4 e Sharepoint
231	Entorpecentes	4ª Vara Penal	1	Giordano	09/dez	ok	Giordano	10/dez	ok		Bianca Recortando
232	Entorpecentes	4ª Vara Penal	2	Isaque	09/dez	ok	Isaque	11/dez	ok		
233	Entorpecentes	4ª Vara Penal	3	Kellen	09/dez	ok	Kellen	16/dez	ok	Falta fazer PDF	Amanda K. Recortados e upados no HD4 e no Sharepoint
234	Entorpecentes	4ª Vara Penal	4	Luara	10/dez	ok	Luara	16/dez	ok	Falta fazer PDF	Processos recortados no HD4 (terminando de subir no Sharepoint)
235	Entorpecentes	4ª Vara Penal	5	Giordano	11/dez	ok	Giordano	18/dez	ok		
236	Entorpecentes	4ª Vara Penal	6	Isaque	12/dez	ok	Isaque	12/dez	ok		

Fonte: Trecho da planilha de controle da digitalização, março de 2025.

Há uma margem de erro para esses valores, visto que apenas a catalogação completa do acervo nos daria um número exato de processos e caixas. Contudo, é importante mencionar, que um dos desafios para saber exatamente as quantidades do Fundo TJE/PA, precedem o projeto da Biblioteca Britânica e o próprio CMA.

Para Eronice Catunda¹¹ (2022, p. 42) estes documentos, desde quando ainda estavam sob a guarda do Tribunal de Justiça, já sofriam com o armazenamento em locais inadequados. No CMA, apesar do prédio não oferecer condições ideais, o espaço disponível era considerável o suficiente para acomodar as 35 toneladas de documentos em papel que chegaram no ano de 2007¹², representando uma solução viável naquele momento.

Durante a pandemia de Coronavírus (2020-2021), o fundo TJE/PA foi movido de onde estava desde 2007 para uma sala mais adequada. Em certa medida isso modificou a organização das caixas e ainda é possível descobrir caixas fora do lugar, em procedências

¹¹ Eronice Catunda, historiadora e servidora do CMA, analisou em sua dissertação a gestão e preservação do acervo judiciário do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Ela partiu, sobretudo, dos convênios estabelecidos por esta instituição com universidades como UFPA (Universidade Federal do Pará), UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará) e UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará) para salvaguarda da sua documentação.

¹² Depois desta data chegaram e ainda chegam documentos vindos do TJE/PA. Principalmente quando o Departamento de Documentação e Informação e a Divisão de Arquivo daquele órgão, localizam documentos com a temporalidade dos documentos presentes no Centro de Memória.

erradas nas estantes. Contudo, o EAP1465 nos ajudou a organizar até a subsérie que trabalhamos, não sendo possível sanar essa questão das quantidades exatas e totais, pois no manuseio diário sempre descobrimos algo novo.

IMAGEM 4: Localização da série crime nas estantes do CMA

MAPEAMENTO DO ACERVO DO TJ NO CMA* – 22 DE NOVEMBRO DE 2024															
#		I	II	III	IV	V	VI	VI	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV
LC	A**	1	CC	CC	CC	CC	CC	CC	CC	CC	CC	CC	CC	CC	CC
		2	CC	CC	CC	CC	CS	CS	CS	CS	CO	CO	CO	CO	CO
LC	B**	1	CO	CO	CO	CO	CO	CO	CO	CO	CL	CL	CP	CP	CP
		2	CP	CP	CP	CP	CP	CP	CP	CP	CB	CB	CB	CT	CT
LC	C**	1	CT	CT	CAL	CAL	CAL	CAL	CAL	CSM	CFL	CFL	CFL	CST	CST
		2	CST	CST	CST	CST	CST	CST	CST	CST	CST	CST	CST	CST	1,2,3,4 VP
LC	D**	1	4,5,6,8,9 VP	4,5,6,8,9 VP	4,5,6,8,9 VP	4,5,6,8,9 VP	4,5,6,8,9 VP	4,5,6,8,9 VP	4,5,6,8,9 VP	4,5,6,8,9 VP	4,5,6,8,9 VP	4,5,6,8,9 VP	4,5,6,8,9 VP	4,5,6,8,9 VP	4,5,6,8,9 VP
		2	9,10 VP	9,10 VP	1,2,3 DC	1,2,3 DC	1,2,3 DC	1,2,3 DC	1,2,3 DC	1,2,3 DC	1,2,3 DC	1,2,3 DC	1,2,3 DC	1,2,3 DC	ETS
LC	E**	1	CICR	DE	DE	DE	DE	DI	DI	DI	DI	DI	DI	DI	DI
		2	DI	DI	GEMPAC***	GEMPAC***	GEMPAC***	LA	LA	LA	LA	LA	LA	LA	LA

Fonte: Secretaria CMA.

Fonte: Questionário para fiscalização *in loco* das atividades desenvolvidas no âmbito do Convênio Nº 05/2007/TJPA – UFPA, 2024. Formula do por Magda Ricci.

A série crime inicia na estante C2, coluna XVI e termina na estante D2, coluna XII, conforme marcado em azul na imagem. As siglas correspondem as Varas Penais (VP), Distritos Criminais (DC) e Pretorias Criminais (PC). Está é a atual organização do Fundo TJE/PA após a mudança na localização do acervo ocorrida durante a pandemia de covid.

3. A DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL: OS PROCESSOS CRIMINAIS E SUAS PROCEDÊNCIAS

Dentro das competências da arquivologia, ciência que estuda a gestão de documentos e arquivos para promover a organização e preservação dos mesmos, existe uma área dedicada a Diplomática e/ou Tipologia Documental. Por definição, a Diplomática é uma disciplina da arquivologia que treina os profissionais a lidarem com a estrutura formal de documentos solenes oficiais. Isto é, documentos produzidos por órgãos governamentais ou notariais, que devem seguir um padrão específico de estrutura textual, para serem considerados válidos segundo o Direito (Belloto, 2002, p. 13).

Por conta disso, cabe a esta área definir as espécies documentais diferenciando as que são diplomáticas ou não. Os processos em geral, fazem parte desta discussão por serem produzidos em abundância e frequentemente por órgãos diversos.

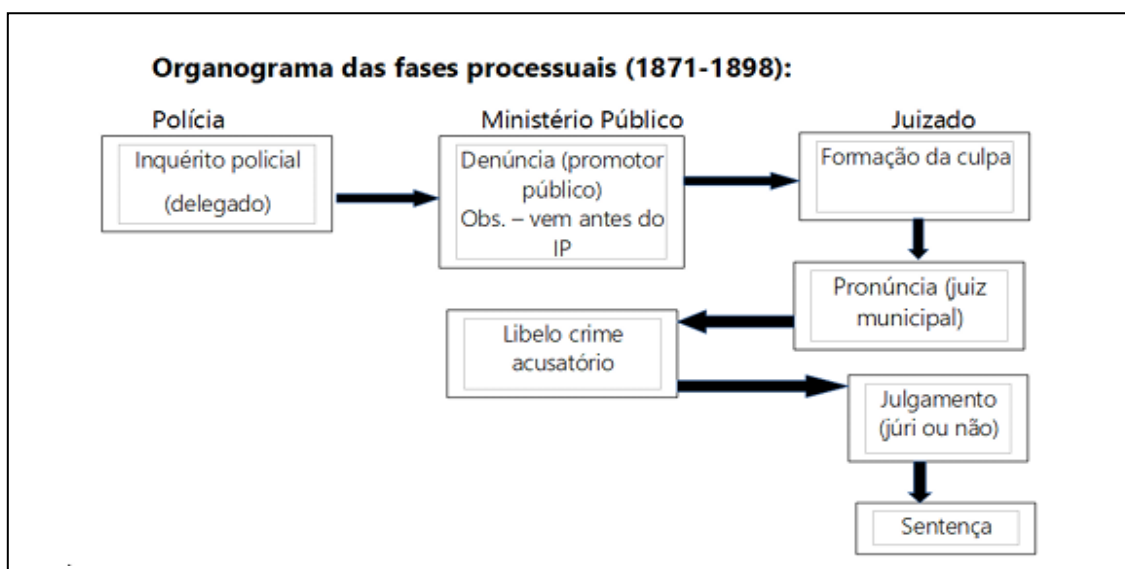
Embora, sejam iniciados por atos administrativos ou autos, no caso dos judiciais, que são tipologias documentais diplomáticas, os processos são classificados como não-diplomáticos, conforme definição de Heloísa Belloto:

PROCESSO - documento não-diplomático informativo. Desenvolvimento de um expediente, incluindo tipos diversos de documentos e que, recebendo informações, pareceres e despachos tramita até que se cumpra o ato administrativo que gerou a sua criação. Unidade documental em que se reúnem oficialmente documentos de natureza diversa no decurso de uma ação administrativa ou judiciária, formando um conjunto materialmente indivisível (Ibidem, p. 80)

Os processos criminais provenientes do Tribunal de Justiça do Pará, foram os que formaram a documentação digitalizada pelo EAP1465. São um tipo de documentação cujo formato e elementos internos foram se modificando à medida que aconteciam reformas judiciais no país, principalmente em mudanças estruturais no Estado Brasileiro como as transições de Colônia para o Império, de Império para Primeira República e de Primeira República para o Estado Novo, quando foi promulgado o Código Penal brasileiro de 1940, ainda em vigor.

Apesar das mudanças, há sempre alguns padrões que nos ajudam a procurar determinadas informações neles, atividade que os bolsistas realizaram bastante durante o procedimento de catalogação para o projeto, buscando em identificadores comuns os dados necessários para a planilha de descrição.

Imagem 5: A estrutura dos processos criminais no período que corresponde as primeiras datas-limite dos processos do Fundo TJE-PA no CMA



Fonte: WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Guia Prático de Leitura de Documentos Judiciais (2021, p. 147).

O historiador Rodrigo Weimer, criou um guia sobre acervos judiciários e sua documentação, dentre as quais estão os processos criminais. Em um diálogo entre

arquivologia, direito e história, conseguiu demonstrar as estruturas dos processos em diferentes temporalidades no Brasil utilizando o acervo do judiciário no Rio Grande do Sul. Como as datas-limite da série crime do Fundo TJE-PA vão de 1870 a 1970, abaixo estará representado a estrutura que mais se fez presente em nosso contato com esta documentação. O início na Polícia, depois no Ministério Público e enfim o Juizado, que é o que permitiu que CMA tivesse hoje essa documentação, a sua judicialização.

Teremos, certamente, alguns documentos não se adequam a essa estrutura, como os “Alistamentos Eleitorais” em Belém, que estão na série criminal por terem sido feitos no final do século XIX nos distritos criminais, mas não são um tipo de crime. Também não se adequam alguns inquéritos policiais, como “Afogamento”, “Suicídio” e outros, que parecem não terem concluído o andamento natural para se tornar um processo.

O organograma apresentado acima é de um período que marca essa separação entre polícia e justiça, com a Lei 2.033 de 20 de setembro de 1871 que reformou o judiciário e distinguiu as funções das duas instituições. Para Weimer (2021, p. 146) em muitos arquivos do judiciário pelo Brasil existem inquéritos avulsos, sem processos criminais, sem conclusão. Restam sempre dúvidas se foi uma irregularidade que impediu seu encaminhamento na época de sua produção ou se houve a perda de peças no decorrer do tempo.

Ainda que não seja nosso objetivo neste relatório, se faz importante mencionar brevemente que os processos criminais existentes atualmente no Centro de Memória, pertencentes à Comarca da Capital que é Belém, possuem três procedências:

Distritos Criminais: são a procedência com datação mais antiga do acervo. Correspondem a 3 distritos com datas-limite de 1870 até 1906 e compostos por 149 caixas. Possuem as seguintes tipologias de processos:

Alistamento eleitoral, Dano, Defloração, Estelionato, Estupro, Execução de sentença, Ferimentos, Ferimentos graves, Ferimentos leves, Furto, Homicídio, Homicídio culposo, Injúria, Injúria e calúnia, Recurso eleitoral e, por último, Roubo.

Eram uma espécie de unidades territoriais dentro das províncias na organização do judiciário ainda no Brasil Imperial. Segundo o Capítulo I, Art. 1º do Código de Processo Criminal de 1832, nas Províncias do Império a administração criminal dos juízos de primeira instância, continuaria dividida em Distritos de Paz, Termos e Comarcas (BRASIL, 1832). Caberia aos juízes de paz, que eram leigos e não necessariamente bacharéis do direito, julgar pequenas demandas nesses distritos.

Na transição para o período republicano, uma série de legislações modificaram a organização do judiciário. Na Constituição Política do Estado do Pará de 1891, o Tribunal de Relação¹³ se transformou em Tribunal Superior de Justiça, por exemplo (Pará, 1891). Contudo, os distritos ainda permaneceram nos primeiros anos como unidades territoriais, só que neste novo contexto, dentro das Comarcas.

Segundo o Capítulo II, Art. 5º, § único da Lei nº 455 de 11 de junho de 1896 do Estado do Pará, que reorganizou a administração judiciária, a Comarca da Capital teria três juízes de direito distribuídos em três distritos. Sendo o 1º Distrito com jurisdição criminal, cível, de casamentos e de órfãos e ausentes; o 2º distrito com jurisdição criminal, cível, de casamentos e dos Feitos da Fazenda do Estado e o 3º distrito com jurisdição criminal, cível, de casamentos e da provedoria e resíduos (Pará, 1896). Possivelmente é a documentação procedente das jurisdições criminais destes distritos, as que estão atualmente no Centro de Memória da Amazônia.

Pretorias Criminais: os processos dessas 4 procedências possuem datas-limite de 1934 a 1970, compostas por 299 caixas no acervo. Segundo algumas definições na área do direito, a palavra vem de pretor, que era relativo ao magistrado no direito romano. No Brasil, as pretorias teriam sido instituições judiciais que possuíam atribuições semelhantes às dos juizados de primeira instância.

A única legislação que encontramos em rápida pesquisa foi o Decreto nº 1.030, de 14 de novembro de 1890, em que o Marechal Deodoro da Fonseca organizava a justiça no Distrito Federal que ainda era o Rio de Janeiro, em uma das várias mudanças no judiciário que ocorreram na transição entre Império e República como já dissemos. Só no Rio de Janeiro foram instauradas 21 Pretorias (Brasil, 1890), que deixaram de existir na década de 1940, sendo substituídas pelas varas.

No entanto, não dispomos de informações de como esse processo se deu no estado do Pará, nem sobre o motivo pelo qual as datas-limite dos processos do CMA se iniciarem na década de 1930. Mesmo assim, observando as tipologias de processos presentes nas Pretorias, é possível compreender que alguns de fato se tratavam de causas a serem discutidas em primeira instância, sobretudo conflitos interpessoais, pequenos delitos e contravenções, como “Richa”, “Falta de Habilitação para Dirigir” e “Perigo a Vida de

¹³ O TJE/PA desde sua criação, passou por algumas mudanças de nome que são verificáveis nas capas dos processos. Elas foram: Tribunal de Relação do Pará (1874-1891); Tribunal Superior de Justiça (1891-1935); Corte de Apelação (1935-1937); Tribunal de Apelação (1937-1947) e Tribunal de Justiça do Estado do Pará (1947 até o presente).

outrem”, por exemplo. Mencionamos abaixo todas as tipologias de processo existentes nas pretorias criminais no acervo do CMA:

Ameaça, Apropriação indébita, Apuração de morte, Atentado violento ao pudor, Calúnia, Calúnia e injúria, Carta precatória, Corrupção de menores, Dano, Delito eleitoral, Desacato, Difamação, Direção perigosa de veículo, Disparo de arma de fogo, Economia popular, Entorpecentes, Estelionato, Estupro, Falsa identidade, Falta de habilitação para dirigir veículo, Ferimentos leves, Fuga de preso, Furto, Furto qualificado, Habeas corpus, Homicídio, Homicídio culposo, Incêndio, Injúria, Invasão de domicílio, Jogo de azar, Lesões corporais, Lesões corporais culposas, Lesões corporais graves, Lesões corporais leves, Lesões corporais recíprocas, Maus tratos, Ofícios expedidos, Pedidos de arquivamento, Perigo a vida e a saúde de outrem, Porte de armas, Queixa crime – calúnia, Queixa crime – difamação, Resistência, Richa, Sedução, Tentativa de estelionato, Tentativa de homicídio, Vadiagem, Vias de fato e Violação de domicílio.

Varas Penais: esta é a procedência com o maior volume documental do acervo. Ao todo são 10 varas penais compostas por 802 caixas e datas-limite que vão de 1899 a 1970.

São os órgãos do Poder Judiciário, liderados por juízes e responsáveis por guardar e executar processos judiciais. Em resumo, são um tipo de unidade judicial que abrange uma determinada área geográfica, onde um juiz exerce sua autoridade e jurisdição. As varas são especializadas por matéria, sendo classificadas como cíveis ou criminais. Além disso, são numeradas sequencialmente, de acordo com o número de juízos em cada comarca, como por exemplo, Primeira Vara, Segunda Vara, Terceira Vara, e assim por diante (Weimer, 2021, p. 96).

Talvez por esse motivo é que o acervo do Centro de Memória tenha um volume significativo de caixas nas varas da série criminal, sem falar da série cível, onde o número de caixas das varas também é expressivo. Além do que, há uma diversidade maior nos tipos de crime, visto que são processos que atravessam diversos códigos criminais e penais promulgados durante quase todo o século XX.

As Varas da série crime do fundo TJE-PA possuem as seguintes tipologias de processos, alguns são inquéritos também:

Acidente de Trabalho, Afogamento, Agressão, Ameaça, Apropriação Indébita, Arquivamento, Arma Proibida, Atentado ao Pudor, Atentado Violento ao Pudor, Bigamia, Busca e Apreensão, Calúnia, Calúnia e Injúria, Casa de Prostituição, Castigos Corporais Imoderados, Comutação de Pena, Contrabando, Corrupção, Corrupção Ativa e Passiva, Corrupção de Menor, Dano, Defloração, Desacato, Difamação, Economia Popular, Embriaguez, Entorpecentes, Estelionato, Estupro, Execução de Sentença, Exercício Ilegal da Medicina, Extorsão, Falsificação, Falsificação de Documentos, Falsificação de Documentos Públicos, Falso Testemunho, Ferimentos, Ferimentos Graves, Ferimentos Leves, Ferimentos Por Imprudência, Ferimentos Recíprocos, Fiança, Flagrante, Furto, Furto Qualificado, Furto e Receptação, Habeas Corpus, Homicídio, Homicídio por Imprudência, Homicídio Qualificado, Incêndio, Infanticídio, Injúria, Injúrias e Calúnias Impressas, Inquérito Policial, Invasão de Domicílio, Jogo Proibido, Justificação, Lesões Corporais,

Lesões Corporais Culposas, Lesões Corporais Graves, Lesões Corporais Leves, Lesões Corporais por Imprudência, Libidinagem, Livramento Condicional, Peculato, Pedido de Arquivamento, Pedido de Indulto, Prisão em Flagrante, Prisão Preventiva, Queixa Crime – Calúnia, Queixa Crime – Calúnia e Difamação, Queixa Crime – Difamação, Rapto, Rapto Consensual, Recurso, Reclamação, Requerimento, Roubo, Sedução, Suicídio, Tentativa de Homicídio e Vadiagem.

Esta é uma pequena contextualização que no trabalho dos bolsistas com os documentos criminais e que geravam dúvidas, além do que eram informação que precisavam ser preenchidas nas planilhas da lista enviada pelo EAP. Certamente, falta muito a ser investigado sobre a história da justiça criminal do Pará a partir da República, principalmente.

Antes de seguir para a metodologia de trabalho no projeto, é importante mencionar que além das definições arquivísticas e jurídicas, os processos criminais possuem uma característica histórica, pois permitem a criação de estudos e reflexões no campo da história social.

Independente de no momento em que foram produzidos eles tivessem uma função bem específica não-diplomática e informativa como vimos, atualmente e principalmente ao se tornarem cópias digitais disponíveis *online*, eles terão diferentes sentidos, dentre os quais, como o de fonte para a produção de narrativas históricas.

As fontes judiciais e notariais são registros de vida, pois são produzidas no nascimento, no casamento, na aquisição de um bem, em um divórcio e na morte de um indivíduo que, na maioria das vezes, é alguém comum. Ao menos no caso brasileiro, esses documentos que outrora eram produzidos pela Igreja Católica, passaram a ter obrigatoriedade de serem registros feitos na esfera civil após a primeira Constituição Republicana de 1891.

Eles informam uma série de dados a respeito da vida de uma pessoa como nome completo, filiação, lugar de origem, idade, profissão, estado cível, letramento, etnia e etc. Contudo, embora processos cíveis e criminais tenham em comum a mesma autoria que é a justiça, o modo como esse registro é feito os difere.

Para escrever o texto "A vida dos homens infames" na década de 1970, Michel Foucault fez pesquisas nos arquivos de instituições de reclusão na França, dentre os quais, os arquivos da polícia. Como seu objetivo era descrever vidas anônimas, de pessoas que não estavam incluídas nas narrativas históricas de grandes feitos, os documentos criminais foram para ele o lugar possível de encontrar registros da vida de indivíduos que ele chamou de "infames".

Esses documentos, para Foucault (2006, p. 203), registram as vidas de pessoas que não necessariamente buscaram ser documentadas, mas o foram através de conflitos com o poder constituído e as marcas deixadas por esses registros são o que restam nos documentos, nas denúncias, queixas, solicitações ou julgamentos.

Além de Foucault, tantos outros autores evidenciaram a peculiaridade dos sujeitos presentes em processos criminais, no entanto, sua reflexão sobre o tipo de registro feito, sem o consentimento, em grande parte, de quem está sendo registrado, deixa evidente a característica deste tipo de documento que mesmo sem ter tido essa intenção quando foi produzido, traz a luz uma série de vivências nem sempre conhecidas.

Nos processos que os bolsistas catalogaram e digitalizaram foram encontradas diferentes histórias que evidenciam modos de vida, lugares de Belém e do interior, pessoas de todos os tipos, incluindo escravizados, mulheres, crianças, imigrantes, membros da elite, pessoas de gêneros dissidentes, o mundo do trabalho e do lazer, a religiosidade cristã, espírita e afrodescendente, a pajelança, as ruas, as moradias, as fábricas e o próprio bairro do Reduto, onde o Centro de Memória está localizado. Essas histórias revelam um cenário de todo tipo de situação que se iniciava na delegacia de polícia e terminava com um juiz.

A EAP1465 deixa um legado importante: uma diversidade de processos criminais, com uma riqueza de sujeitos e contextos, disponíveis digitalmente e com acesso gratuito. Além disso, os processos estão disponíveis em alta resolução e com uma planilha detalhada que os descreve bem, como veremos a seguir.

4. A METODOLOGIA DE TRABALHO NO EAP1465: A CRIAÇÃO E CATALOGAÇÃO DAS CÓPIAS DIGITAIS

Em 1 de junho de 2022, o projeto “Salv guarda da Coleção de Processos e Livros Cartoriais do Tribunal de Justiça do Pará – Brasil (1818-1970)” que havia sido aprovado no *Endangered Archives Programme* foi apresentado aos bolsistas pela diretora do Centro de Memória na época, a professora Magda Ricci, junto ao então vice e agora diretor do CMA o historiador Prof. Dr. Antonio Mauricio Costa.

Até aquele momento, todo o trabalho dos bolsistas de 2022 havia sido desenvolvido com os documentos da série cível, sobretudo as habilitações de casamento, sendo os processos criminais algo que não conheciam muito. Andá que o projeto fosse iniciar a partir de agosto de 2022, desde junho iniciou-se uma “pré-catalogação” dos processos, que tinha por objetivo familiarizar a equipe com a documentação, enquanto os trâmites administrativos entre a UFPA e a Biblioteca Britânica se resolvessem, bem como

os treinamentos e minicursos previstos para equipe antes do início das atividades, acontecessem.

Algumas reuniões com a curadora do EAP da Biblioteca Britânica, Jody Butterworth e uma amostra de 100 imagens, que deveriam ser enviadas para que eles autorizassem o início das atividades, estava dentro do cronograma previsto. Seria através da comunicação entre as duas instituições que os bolsistas seriam apresentados à planilha de metadados e aos padrões de captura de imagem da Biblioteca Britânica.

IMAGEM 6: Parte da primeira equipe que iniciou o EAP1465 no CMA



Fonte: Foto de Patrick Pardini, 25 de julho de 2022.

Acima, o dia em que a equipe se reuniu para fazer uma fotografia juntos e em frente ao CMA em Belém, para ser enviada à Biblioteca Britânica. Da esquerda para direita: o bolsista Vitor Jacques, os diretores do CMA na época, professor Antonio Mauricio e professora Magda Ricci, os técnicos Eronice Catunda e Marcelo Dergan e os bolsistas, Steffany Flores, Leandro Sales, Gabriel Valente, Iris Nascimento, Raíssa Barbosa e Nathália Lima. Da equipe inicial para o projeto não estavam na foto os bolsistas João Rocha, Erike Gomes, Aline Emilly e o técnico Lucas Ayres.

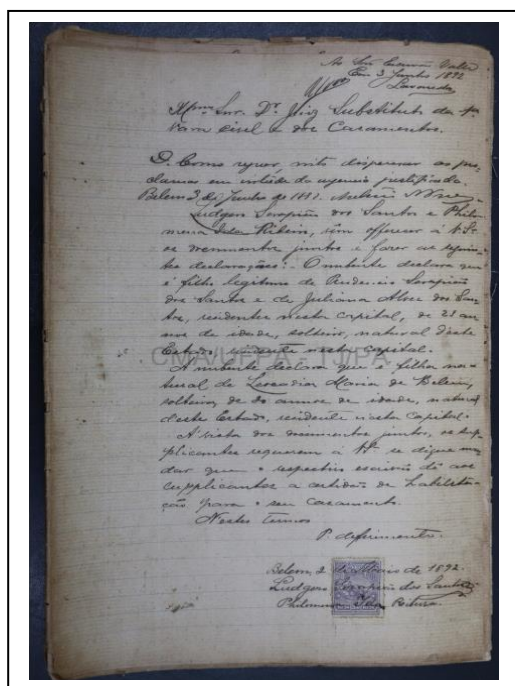
A metodologia de trabalho neste projeto foi bastante técnica, no sentido de que basicamente era necessário preencher uma planilha que é padronizada para todos os projetos participantes do EAP, com informações sobre os documentos digitalizados. A Biblioteca Britânica disponibiliza no site do programa, guias de catalogação e digitalização, bem como um vídeo tutorial no *Youtube* e um consultor a disposição para

dirimir as dúvidas das instituições participantes, dada a complexidade de suas regras para tal atividade. Basta a instituição solicitar esse apoio.

O Centro de Memória da Amazônia já realizava estes procedimentos com a documentação do fundo TJE/PA, sobretudo cível, e os bolsistas já estavam habituados a catalogar e digitalizar documentos, mas em um padrão de catálogo e digitalização diferentes dos padrões exigidos pela Biblioteca Britânica.

IMAGENS 7 e 8: Catálogo pertencente ao fundo TJE/PA e Habilitação de Casamento digitalizada pelo CMA em 2022

Caixa	Notação	Procedência	Ano do Casamento	Mês do Casamento	Nome do Nubente	Nacionalidade do Nubente	Naturalidade do Nubente	Nome da Nubente	Nacionalidade da Nubente	Naturalidade da Nubente	Observações/Anexos	Acesso em pdf
Cx. 7	Única	1ª Vara Cível	1892	Maio	Ludgero Serapião dos Santos	Brasil	Pará	Philomena Ida Ribeiro	Brasil	Pará	Autorização para casamento	Acesse o documento aqui
Cx. 7	Única	1ª Vara Cível	1893	Abil	João dos Santos Reis	Portugal	Não identificado	Daria Rodrigues Fôro	Brasil	Pará	Autorização para casamento, certidão de nascimento do nubente	Acesse o documento aqui
Cx. 7	Única	1ª Vara Cível	1893	Agosto	Joaquim Soares Rodrigues	Portugal	Não identificado	Maria Eudária de Farias	Brasil	Pará	Autorização para casamento	Acesse o documento aqui
Cx. 7	Única	1ª Vara Cível	1902	Dezembro	Bernardino Pereira de Brito	Brasil	Pernambuco	Leopoldina Hermenegilda de Faria Lobo	Brasil	Pernambuco	Não Identificado	Acesse o documento aqui
Cx. 7	Única	1ª Vara Cível	1891	Julho	João de Deus da Costa	Brasil	Pará	Silvêria de Azevedo	Brasil	Pará	Justificação de Idade do nubente e fragmento do jornal "A República"	Acesse o documento aqui
Cx. 7	Única	1ª Vara Cível	1893	Março	Leopoldo Raymundo Gomes	Brasil	Rio de Janeiro	Ezaura Fernandes Bastos	Brasil	Pará	Não Identificado	Acesse o documento aqui
Cx. 7	Única	1ª Vara Cível	1896	Fevereiro	Adolpho Maximiano da Silva	Brasil	Pará	Thereza Costa Pereira	Brasil	Pará	Não Identificado	Acesse o documento aqui
Cx. 7	Única	1ª Vara Cível	1906	Maio	Honorato Mendes de Oliveira	Brasil	Rio Grande do Norte	Virgínia Esteves Alves	Brasil	Rio Grande do Norte	Não Identificado	Acesse o documento aqui
Cx. 7	Única	1ª Vara Cível	1906	Março	Simão Francisco de Araújo	Brasil	Piauí	Joanna Alves da Silva	Brasil	Pará	Não Identificado	Acesse o documento aqui
Cx. 7	Única	1ª Vara Cível	1907	Outubro	Armando Augusto de Oliveira Gomes	Portugal	Porto	Maria José de Macedo	Brasil	Pará	Passaporte do nubente	Acesse o documento aqui
Cx. 7	Única	1ª Vara Cível	1908	Fevereiro	José Joaquim Cardoso	Portugal	Não Identificado	Lucinda da Solidade Motta	Portugal	Não Identificado	Não Identificado	Acesse o documento aqui



Fonte: Catálogo de Casamentos das Varas Cíveis – VOL. I (1883-1962). Seção do Cartório Santiago e lado proclamas de habilitação de casamento do ano de 1892, dos nubentes Ludgero Serapião dos Santos e Philomena Ida Ribeiro.

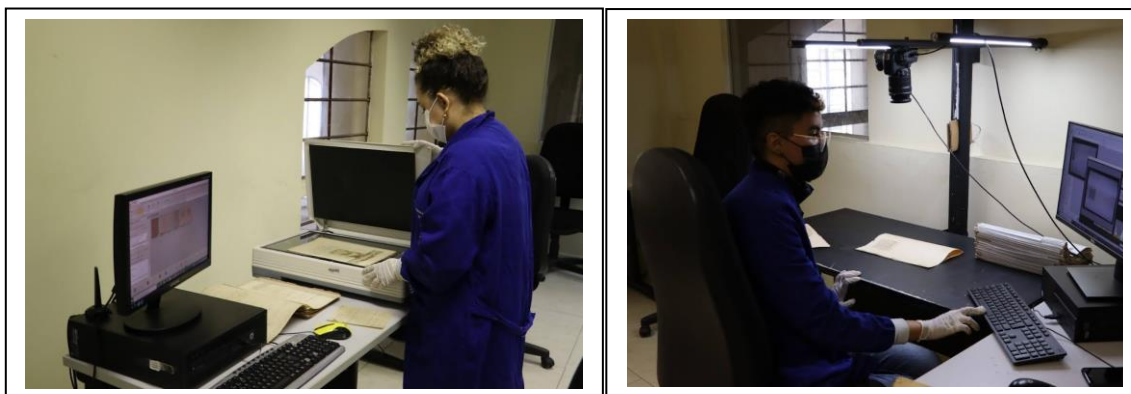
Os catálogos produzidos pelo CMA em 2022, seguem o modelo de um projeto

anterior intitulado “Memórias de além-mar: casamentos e inventários de ibéricos e descendentes na Amazônia (séculos XIX e XX)”. de 2019-2021, financiado pelo Iberarchivos¹⁴, e que focou nos Casamentos e Inventários de pessoas portuguesas e espanholas presentes no Fundo TJE-PA.

A catalogação dos casamentos, por exemplo, consistia no preenchimento dos seguintes metadados, para facilitar a busca nominal por documento: Caixa > Notação > Procedência > Ano do Casamento > Mês do Casamento > Nome dos Nubentes > Suas Nacionalidades > Suas Naturalidades > Anexos/Observações > Acesso ao documento em PDF através de um link que redireciona para o *Sharepoint* do CMA.

A digitalização era feita em dois scanners profissionais da marca Plustek Optic Pro A320L e uma câmera profissional Canon EOS 850D disposta em uma mesa digitalizadora projetada pelo próprio CMA. A foto era capturada em formato JPEG e depois convertida em PDF pelo aplicativo *de organização e compartilhamento de documentos PaperPort* e uma marca d’água com o texto “CMA-UFPA / TJ/PA” era inserida ao meio do PDF pelo aplicativo E-Copy. Abaixo, o procedimento de digitalização das habilitações de casamento das Varas Cíveis do Fundo TJE/PA em 2022. Com o Scanner a bolsista Raíssa Barbosa e com a câmera o bolsista Gabriel Valente.

IMAGENS: 9 e 10: Como eram feitas as digitalizações no CMA antes do EAP1465



Fonte: Fotos de Leandro Sales, 11/02/2022.

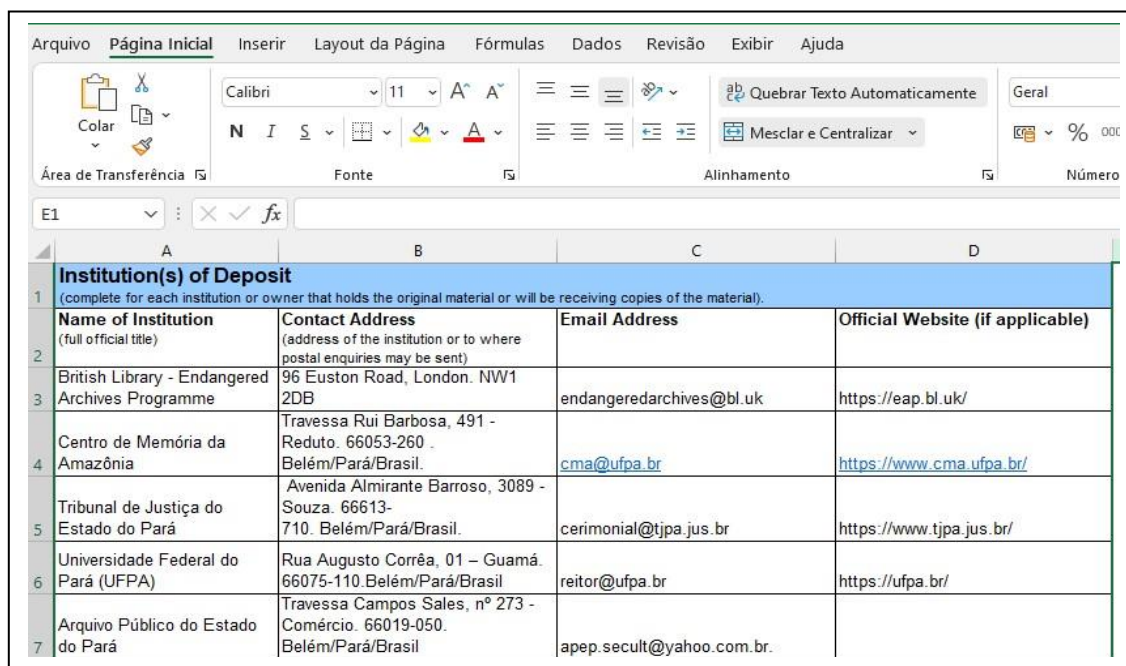
No modelo do projeto “Memórias de Além-mar” que continuou sendo seguido pelo CMA, o *layout* do catálogo facilita a busca nominal por nubentes e seus pais, inventariantes e inventariados, utilizando metadados que informam sobre as pessoas que estão nos processos. No caso da proposta de catálogo do EAP, a prioridade são as informações detalhadas sobre a instituição de salvaguarda e as cópias digitais dos

¹⁴ Este programa incentiva laços de solidariedade entre todos os países integrantes de seu comitê intergovernamental.

documentos originais (EAP, 2019, p. 04). Para isso, um modelo de lista é enviado para as instituições participantes. Essa lista é dividida em seis planilhas que são:

1) Instituições de Depósito - É a primeira planilha, devemos listar cada instituição ou proprietário que detém o material original ou receberá as cópias digitais deste material.

IMAGEM 11: Planilha *Institutions of Deposit*



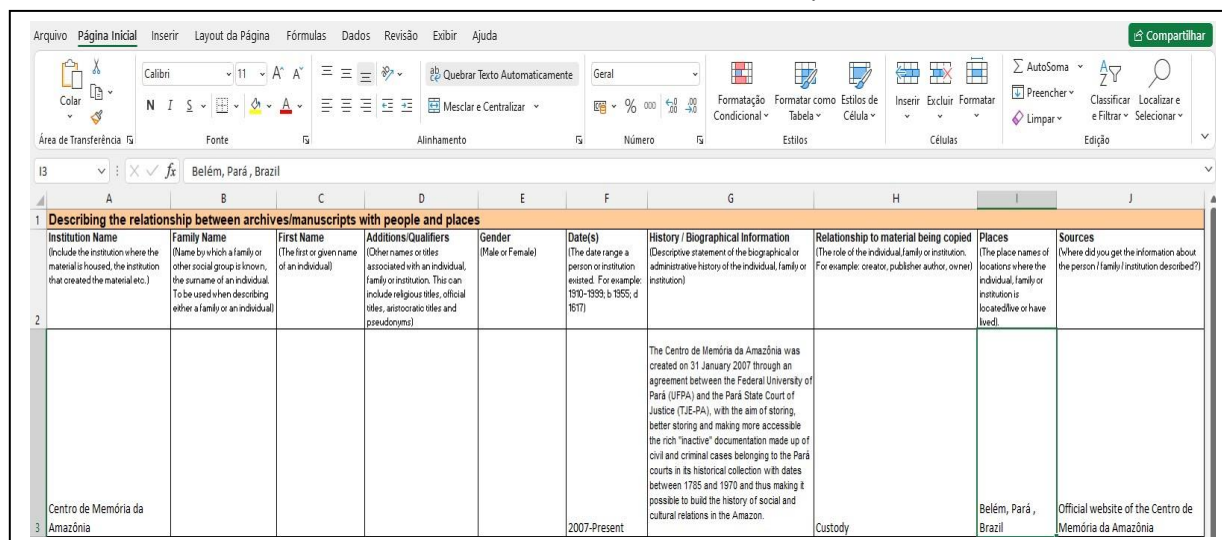
1	Institution(s) of Deposit (complete for each institution or owner that holds the original material or will be receiving copies of the material).			
2	Name of Institution (full official title)	Contact Address (address of the institution or to where postal enquiries may be sent)	Email Address	Official Website (if applicable)
3	British Library - Endangered Archives Programme	96 Euston Road, London. NW1 2DB	endangeredarchives@bl.uk	https://eap.bl.uk/
4	Centro de Memória da Amazônia	Travessa Rui Barbosa, 491 - Reduto. 66053-260 . Belém/Pará/Brasil.	cma@ufpa.br	https://www.cma.ufpa.br/
5	Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Avenida Almirante Barroso, 3089 - Souza. 66613-710. Belém/Pará/Brasil.	cerimonial@tjpa.jus.br	https://www.tjpa.jus.br/
6	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá. 66075-110. Belém/Pará/Brasil	reitor@ufpa.br	https://ufpa.br/
7	Arquivo Público do Estado do Pará	Travessa Campos Sales, nº 273 - Comércio. 66019-050. Belém/Pará/Brasil	a pep.secult@yahoo.com.br.	

Fonte: EAP1465_ Listing Final, março de 2025.

2) Descrição - É a catalogação dos arquivos que estão sendo digitalizados. A detalharemos mais à frente.

3) Indivíduo-Família-Instituição - Registra os detalhes biográficos ou administrativos sobre pessoas, famílias ou instituições relacionadas ao material.

IMAGEM 12: Planilha *Individual Family Institution*



1	Describing the relationship between archives/manuscripts with people and places									
2	Institution Name (Include the institution where the material is housed, the institution that created the material etc.)	Family Name (Name by which a family or other social group is known, the surname of an individual. To be used when describing either a family or an individual)	First Name (The first or given name of an individual)	Additions/Qualifiers (Other names or titles associated with an individual, family or institution. This can include religious titles, official titles, aristocratic titles and pseudonyms)	Gender (Male or Female)	Date(s) (The date range a person or institution existed. For example: 1910-1939; b. 1955; d. 1977)	History / Biographical Information (Descriptive statement of the biographical or administrative history of the individual, family or institution)	Relationship to material being copied (The role of the individual, family or institution. For example: creator, publisher, author, owner)	Places (The place names of locations where the individual, family or institution is located/live or have lived)	Sources (Where did you get the information about the person /family / institution described?)
3	Centro de Memória da Amazônia					2007-Present	The Centro de Memória da Amazônia was created on 31 January 2007 through an agreement between the Federal University of Pará (UFPA) and the Pará State Court of Justice (TJE-PA), with the aim of storing, better storing and making more accessible the rich "inactive" documentation made up of civil and criminal cases belonging to the Pará courts in its historical collection with dates between 1785 and 1970 and thus making it possible to build the history of social and cultural relations in the Amazon.	Custody	Belém, Pará, Brazil	Official website of the Centro de Memória da Amazônia

Fonte: EAP1465_ Listing Final, março de 2025.

4) Detalhes Técnicos-Imagens - Fornece detalhes sobre os equipamentos utilizados na captura de imagens.

IMAGEM 13: Planilha *Technical Details-Images*

1	Creator (The name of the person who photographed/scanned the material)	Place (The geographical location where the digital images were taken)	Dates (The date range of when the images were taken. Examples: 22 Nov 2012, Nov-Dec 2012)	Image File Format (For example: TIFF)	Capture Device (The make and model of camera or scanner)	Capture Details (software used to create the image, including the version number)	Colour (indicate pixel depth. i.e. RGB 24-bit)	Resolution (For example 300ppi)	Checksum software Used (The name of the software, including the version number)	Hard Drive Formatting
2	Aline Araújo; Erike Pacheco; Gabriel Valente; Kellen Sampaio; Raissa Barbosa	Centro De Mem	March 2023	.tif	Canon / EOS 850D	EOS Utility. Ink Version 3.17.0.5	sRGB 24-bit	350 dpi	Digital Photo Professional 4. Ink Version 4.18.10.0; Adobe Photoshop CS6 Extended Version 6.2	
3	Aline Nascimento; Douglas Ribeiro; Giovana Freire; Isaque Silva; Sthefany Pinheiro; Williams Santos; Yasmin Braga	Centro De Mem	May 2023	.tif	Canon / EOS 77D	EOS Utility. Ink Version 3.17.0.5	sRGB 24-bit	350 dpi	Digital Photo Professional 4. Ink Version 4.18.10.0; Adobe Photoshop CS6 Extended Version 6.2	

Fonte: EAP1465_ Listing Final, março de 2025.

As planilhas 5 (Ajuda) e 6 (Listas Controladas) são apenas informativas e usadas como referências para o preenchimento da planilha de Descrição, que é justamente a planilha onde os bolsistas inserem os dados da documentação. Ela possui um nível *collection* sobre o acervo, outro sobre *series* que descrevem os tipos de crime e o último nível é o *file*, sobre cada processo. Os níveis possuem descrições obrigatórias, obrigatórias se aplicável ou opcionais.

TABELA 1: Elementos da planilha de descrição

Seções da Planilha	Colunas		
Identificação:	1. Nível 2. Referência Original		5. Religiões/Sistemas de Crença Relacionados 6. Assuntos Relacionados 7. Outros Assuntos Relacionados 8. Títulos de Obras Relacionadas
Títulos:	1. Título (em Inglês) 2. Título (em Línguas/Script Originais) 3. Título (Transliterado)		
Escopo e conteúdo:	1. Tipo de Conteúdo 2. Descrição 3. Descrição (em língua alternativa) 4. Número e Tipo de Material Original 5. Tamanho e Dimensões do Material Original 6. Condição do Material Original	Datas:	1. Datas do Material Original (Calendário Gregoriano) 2. Calendário Alternativo 3. Datas do Calendário Alternativo
	1. País de Origem 2. Países Relacionados 3. Cidades/Regiões Relacionadas 4. Regiões Relacionadas	Proveniência:	1. Sistema de Organização 2. Histórico de Custódia 3. Localização do Material Original 4. Autor(es) / Criador(es) do Material Original 5. Escritor(es) do Material Original

	6. Editor(es) do Material Original 7. Publicador(es) do Material Original 8. Número de Volume 9. Número de Edição		Permissões Escritas para o EAP Office? 5. Atribuição
Línguas:	1. Línguas do Material 2. Scripts do Material 3. Sistema de Escrita	Proteção de dados:	1. O Material Contém Dados Pessoais Sensíveis sobre Pessoas Vivas? 2. A Natureza dos Dados Pessoais Sensíveis
Condições de acesso:	1. Condições de Acesso 2. Data de Término de Restrição 3. Motivo da Restrição		1. Nome da Pasta Digital 2. Nome do Arquivo Digital (Primeiro) 3. Nome do Arquivo Digital (Último) 4. Data de Criação dos Arquivos Digitais 5. Formato dos Arquivos Digitais 6. Número de Arquivos Digitais 7. Localização das Cópias Digitais
Informações sobre direitos autorais	1. O Material Está Ainda Sob Direitos Autorais? 2. Nome do Detentor dos Direitos Autorais 3. Você Obteve Consentimento Escrito para Incluir o Material no Site do EAP? 4. Você Enviou Todas as	Cópias Digitais:	

Fonte: EAP1465_ Listing Final, março de 2025. Feito por Raíssa Barbosa.

A planilha de Descrição EAP, busca informar a autenticidade das cópias digitais geradas após o processo de digitalização dos documentos originais. Ela facilita também o compartilhamento de informações sobre o acervo com pesquisadores e o público em geral ao mesmo tempo em que se preocupa com as condições de acesso, como os direitos autorais e dados pessoais sensíveis presentes nos documentos das coleções. Protegendo a privacidade das pessoas mencionadas nos processos e outras informações sensíveis, que existem, inclusive, nos processos criminais.

Mesmo com uma planilha de descrição bastante detalhada, os bolsistas precisaram estabelecer entre si, padrões de preenchimento da mesma, visto que no decorrer do projeto a equipe foi mudando, mas sempre ficou em um número aproximado de 10 bolsistas, ou seja, era preciso manter um padrão de descrição em inglês e de descrição de processos que variavam de assunto, pois os tipos de crime eram diversos.

A primeira convenção foi o nome das pastas digitais, já que os processos criminais possuem geralmente duas partes envolvidas: réu e vítima. Os bolsistas decidiram que os nomes dos réus seriam os nomes das pastas digitais, visto que a investigação de um crime é uma investigação sobre eles também. Seus nomes completos, lugares de origem, profissão, idade, estado civil, nível de letramento e outras características que, se não descritas no resumo dos autos, está sempre evidenciada na ficha de identificação criminal, onde eram detalhadas até suas características físicas. Dependendo do crime, é possível ter mais ou menos informações sobre as vítimas, mas sempre aparecem as dos réus.

IMAGEM 14: Primeiras colunas da planilha *Description*. Em amarelo o nível coleção, em verde o nível série e em azul o nível arquivo

Level	Original Reference	Title (In English)	Title (In Original Language/Script)	Title (Transliterated)	Content Type	Description
Select an option from the dropdown list. For Guidance.	Shellmark or Accession number at original Institution of Deposit		Please enter the titles in the original font, if it has Unicode characters. http://unicode.org/charts/	Please use the Library of Congress 'Romanisation Tables' for transliterations -	Select an option from the dropdown list. If you cannot find an appropriate	A complete statement describing the subject matter and context of the material
Mandatory	Mandatory if known/applicable	Mandatory	Mandatory if applicable	Mandatory if the original title is not in Latin script	Mandatory at File and Item levels	Mandatory at Collection level (But preferable at all levels)
Collection		Safeguarding the Collection of Cases and Registry Books of the Court of Justice of Pará - Brazil (1818-1970)	Salvaguarda da Coleção de Processos e Livros Cartoriais do Tribunal de Justiça do Pará - Brasil (1818-1970)		Document	The Criminal Proceedings they are public documents produced by the Court of Justice of the Pará State-Brazil (TJE-PA), under the guardianship of the Centro de Memória da Amazônia, which comprises processes that involve denunciation, interrogation, and trial of those accused of crimes whose penalty is determined by the Brazilian penal codes since 1890, when the republican regime started in the country. Digitized criminal proceedings comprise documentation generated in Pará from the beginning of the republic (1889) until the 1970s. The Notary Books it comprises documentation collected in series, organized to facilitate consultation and conservation, with the identification of numbered pages and the availability of an index. Notary books were produced by the judiciary and notary offices in the Pará State (Brazil) since the end of the 19th century and throughout the 20th century. The content is diverse and includes lists of judges, control of the presence at work of public servants, letters and memos from the judiciary, inventories, court decisions (second instance decisions of magistrates on cases), permits (authorizations and licenses granted by public authorities) and books of marriages held in the state.
Series	Shell C2	Active and passive corruption	Corrupção ativa e passiva		Document	The Active and Passive Corruption series are crimes described in the Brazilian Penal Code of 1940. Active Corruption according to article 333, as 'offering or promising an undue advantage to a public official, in order to determine him to perform, omit or delay an act of office'. Passive corruption, according to article 317, is the act of 'requesting or receiving, for oneself or others, directly or indirectly, even when out of office or before assuming it, but because of it, an undue advantage, or accepting a promise of such an advantage'.
File	Juizo de Direito da 4ª Vara Penal / Caixa Única	Charges of active and passive corruption. Plaintiff: Public Justice. Defendant: Didi Junji Wakiyama	Autos de crime de corrupção ativa e passiva. Autora: Justiça Pública. Réu: Didi Junji Wakiyama		Document	The document is a criminal case of active and passive corruption opened by the Judge of the 4th Criminal Court on 3 February 1965. The defendant, Didi Junji Wakiyama, was accused of trying to subordinate a civil guard with 500 cruzeiros. The case is statute-barred.
File	Juizo de Direito da 4ª Vara Penal / Caixa Única	Charges of active and passive corruption. Plaintiff: Public Justice. Defendant: Edilson Moreira Sadala	Autos de crime de corrupção ativa e passiva. Autora: Justiça Pública. Réu: Edilson Moreira Sadala		Document	The document is a criminal case of active and passive corruption opened by the Judge of Law of the 4th Criminal Court on 17 October 1967. The defendant Edilson Moreira Sadala accused of subordination to a traffic agent. The case was statute-barred due to the expiry of the time limit and subsequently dismissed.

Fonte: EAP1465_ Listing Final, março de 2025.

A segunda convenção foi sobre as traduções para o inglês. Isto porque, nem todos os bolsistas da equipe são fluentes neste idioma, e mesmo os fluentes tinham dúvidas sobre como traduzir determinados termos jurídicos presentes nos documentos para o inglês.

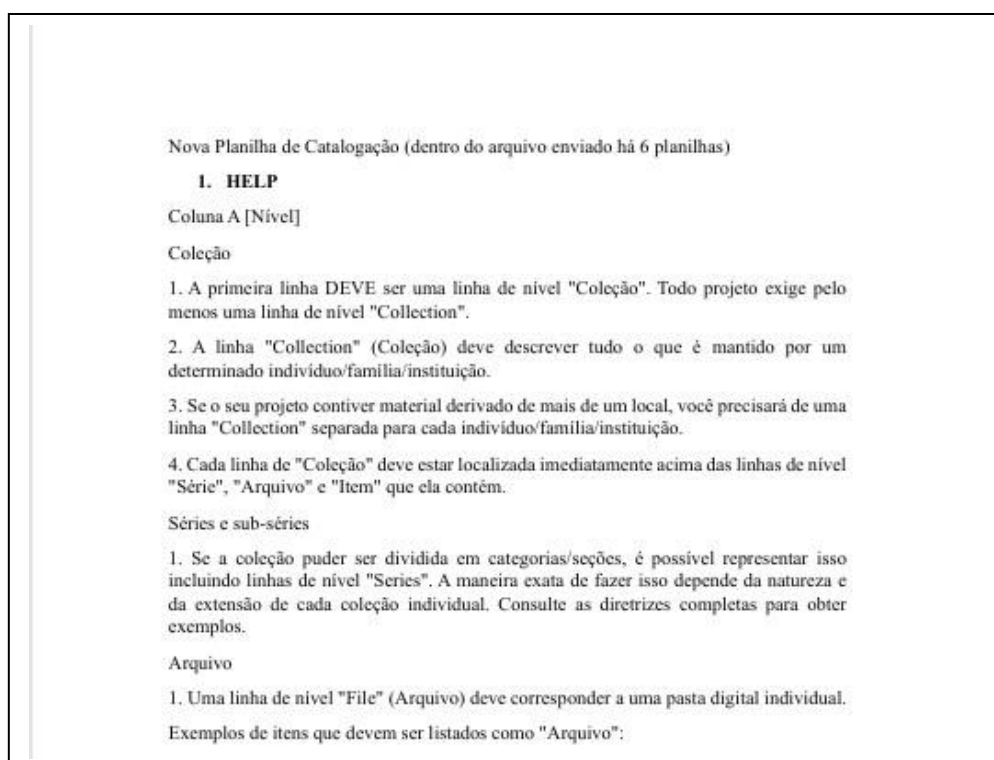
Utilizaram durante todo o processo de preenchimento das planilhas enviadas pelo EAP, o sistema de traduções automáticas DeepL da empresa alemã DeepL GmbH, que de todos os outros sistemas disponíveis é notadamente o que melhor traduz, pois não faz

apenas traduções literais, mas consegue contextualizar os termos. Segundo o informado pela empresa, a diferença entre esse sistema e os outros está nos *web crawlers* utilizados (robôs que rastreiam a internet em busca de dados), pois os que eles utilizam são exclusivos e não apenas buscam os termos, mas avaliam a qualidade deles.

Além de utilizar um tradutor mais confiável, os bolsistas fluentes em inglês faziam sempre uma revisão para padronizar as traduções e garantir, que determinados crimes fossem traduzidos da mesma forma por todos os bolsistas. Como foi o caso de “Acidentes de Trabalho”, em que o tradutor sugeriu diversas traduções diferentes, mas que estavam corretas, isto é, tinham o mesmo sentido. Foi preciso buscar em artigos acadêmicos em inglês um termo que em opinião melhor se adequasse, foi quando padronizaram a tradução para “Occupational Accidents”.

O trabalho de preenchimento da planilha de Descrição, exigiu uma colaboração em equipe e com muito diálogo para evitar maiores atrasos nos prazos. Foi preciso que os bolsistas, estudassem as planilhas enviadas também, compreendê-las para então poder preenchê-las da forma mais correta. Fizeram algumas apostilas e distribuíram entre eles, ela pormenorizava cada elemento das planilhas e sobre como deveriam ser inseridas as informações nelas. Abaixo dois exemplos de apostilas que fizemos para otimizar o trabalho com as planilhas.

IMAGENS 15 e 16: Transcrição de cada item das planilhas em português e Orientações para a revisão das planilhas de acordo com os padrões do EAP



**Orientações para a revisão das planilhas de acordo com os padrões do EAP da
Biblioteca Britânica**

Elaborado por: Douglas

A orientação é: Traduzir para o inglês tudo da planilha original, com exceção do título e descrição.

Para as especificidades e dúvidas que podem surgir, exemplificaremos aqui abaixo, com ALGUMAS das modificações. Qualquer outra dúvida entrar em contato com os revisores!

Ex.

- **Title** e
- **Title (In Original Language/Script)**: Essas permanecem igual antes.

- **Description**: É onde colocamos a descrição **EM INGLÊS**.

- **Description (in alternative language)**: é aonde colocamos a descrição **EM PORTUGUÊS**.

[Para ganharmos tempo, sugerimos recortar (Control X) a descrição em português, colá-la no Bloco de Notas (Aplicativo do Windows presente em todos os PCs), recortar em seguida a descrição em inglês e colá-la na coluna correta, e por fim então recortar a descrição em português do Bloco e colá-la então no lugar correto.]

Fonte: Produzidas por Raíssa Barbosa e Douglas Gustavo, em dezembro de 2023.

Antes de prosseguir para a metodologia de trabalho com a captura de imagens, é válido mencionar que a equipe só teve contato com a EAP Listing correta em janeiro de 2023¹⁵, enquanto procuravam sanar dúvidas sobre o projeto na internet. Mesmo assim, na época, a preencheram de forma errada, pois traduziram para o português e excluíram as colunas que eram opcionais, deixando apenas as obrigatórias, modificando a planilha.

No entanto, parte desse problema estava nas dúvidas que tinham sobre o EAP1465, que desde 2022 sofria com a falta de uma maior comunicação institucional entre a Biblioteca Britânica, a UFPA e o CMA. De julho de 2022 a janeiro de 2023, fizeram uma pré-catálogo para familiarização com a documentação criminal, que não haviam trabalhado anteriormente. Preenchiam uma planilha parecida com o modelo do “Memórias de Além-mar”, que por mais diferente da planilha do EAP que fosse, era o modelo conhecido como catálogo. Enquanto aguardavam uma resposta do EAP sobre amostragem de 100 imagens que haviam enviado.

Fizeram 1/8 dos documentos previstos no projeto (ao terminarem a subsérie Entorpecentes) e em janeiro de 2023, descobriram a planilha que era utilizada pelo EAP e a modificaram, para que se parecesse mais com o tipo de planilha que estavam

¹⁵ Todas as datas apresentadas a partir de agora foram baseadas na planilha de controle já apresentada, nas atas de reunião entre os bolsistas e dos bolsistas com a coordenação do projeto e nas mensagens de texto deixadas no grupo do *whatsapp*, utilizado para otimizar o trabalho da equipe.

habituaados e refizeram a catalogação dos processos pela primeira vez.

Somente em dezembro de 2023 o CMA obteve resposta da equipe EAP por e-mail. Os bolsistas já haviam mandado uma segunda amostragem e foi a essa que eles responderam. O novo envio continha a planilha modificada já mencionada e a digitalização de 100 imagens (na primeira vez não haviam digitalizado as páginas em branco).

Jody Butterworth, tutora no projeto explicou que a planilha não deveria ter sido modificada, que devia ser preenchida em inglês, que devia ter ao menos um nível de Coleção e encaminhou um modelo feito por um projeto EAP na Colômbia. A equipe teve que refazer a catalogação pela segunda vez e é isso que justifica em grande medida, todos os cuidados e decisões que foram descritas anteriormente.

A problemática de refazer etapas que já haviam concluído também aconteceu com a digitalização. Ainda em agosto de 2022, já tinham uma amostra de 100 imagens para serem enviadas. Todavia, elas estavam em formato de imagem Raw. Lendo o guia de digitalização da EAP viram que o formato de imagens aceito era Tiff e surgiram as dúvidas de como procederiam, visto que a única câmera que à época só capturava em dois modos, Raw e JPEG.

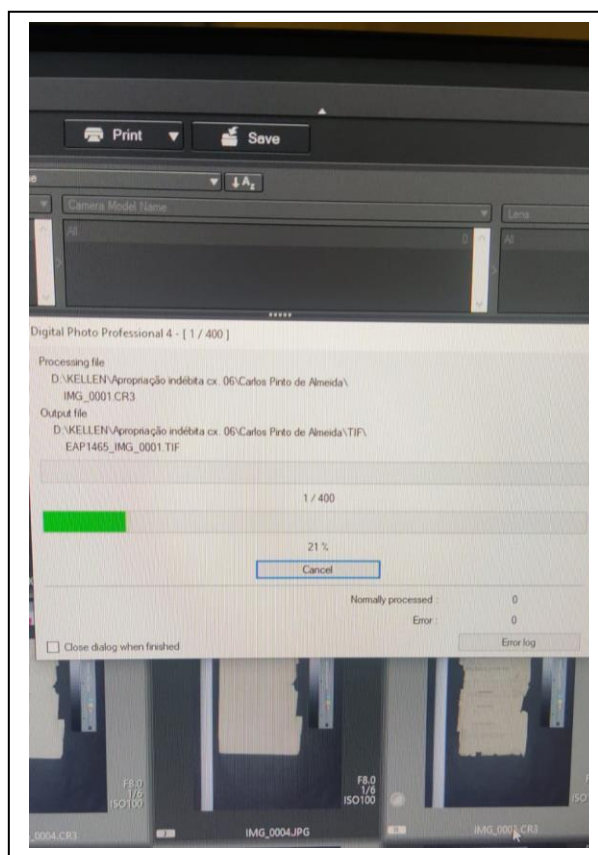
O estudo do bolsista João Rocha nos guias, somado à experiência do fotógrafo e servidor do CMA, Patrick Pardini, logo solucionou o problema. Passaram a digitalizar no modo Raw e usar o *software* Digital Photo Professional que processa, visualiza e edita imagens RAW para câmeras Canon/EOS. Utilizaram ele para converter as imagens de Raw para Tiff, além de nomeá-las automaticamente com o código do projeto que devia ser o nome de cada imagem individualmente, desse modo: EAP1465_IMG_000.

Surgia então mais um processo na metodologia de trabalho do projeto para ser feito durante a digitalização. O que tornava o procedimento cada vez mais demorado e dependente da tecnologia, isto é, era preciso que a conversão de imagens não apresentasse nenhum erro, que os computadores conseguissem executar corretamente o programa e que nada ficasse corrompido no final.

Apesar das dificuldades e apreensões por parte dos bolsistas, este foi um o procedimento que os ajudou bastante, visto que permitiu o cumprimento do padrão EAP, que informa a escolha da captura em Raw, melhor que a captura em JPEG, logo este era o procedimento correto.

Abaixo um processo do crime de Apropriação Indébita de 400 páginas sendo convertido.

IMAGEM 17: Processo sendo convertido de Raw para Tiff no Digital Photo Professional



Fonte: Foto da bolsista Kellen Damasceno em 10 de novembro de 2023.

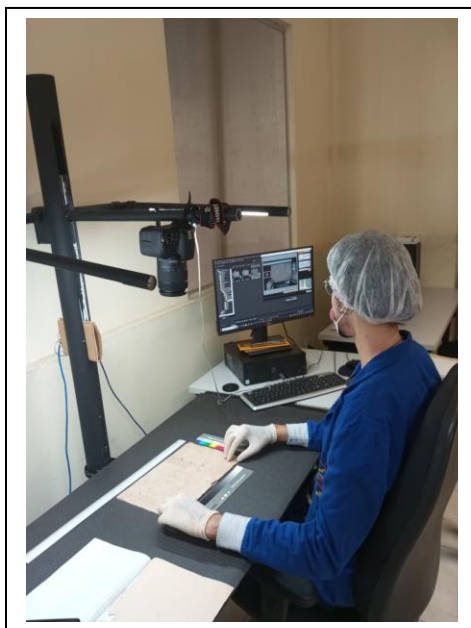
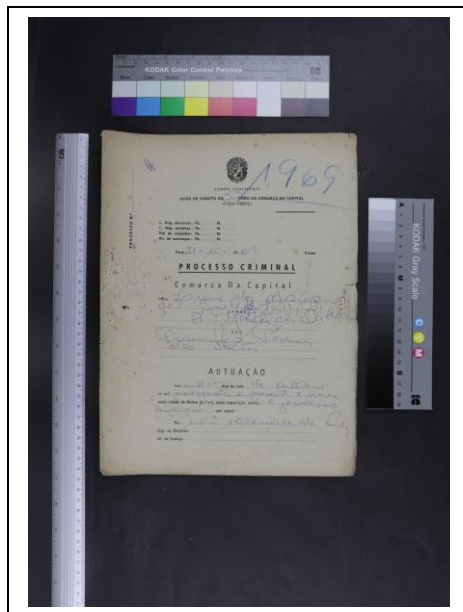
Com a falta de respostas da equipe EAP para amostragem de imagens, a equipe também teve que tomar algumas decisões. E baseados em imagens no site do programa e no guia de digitalização, observaram em algumas delas a presença de uma régua ao lado do documento, em outras uma paleta de escala cinza e em algumas uma paleta de cores, resolveram junto à coordenação, inserir na digitalização todos esses elementos, novamente acreditando que estaria correto.

Primeiro, houve uma tentativa de imprimir as paletas conforme o modelo apresentado nos guias. Contudo, a experiência no ramo da fotografia de Patrick Pardini foi novamente importante e, alertou os bolsistas para a necessidade de paletas originais, para que elas não refletissem a luminosidade, que era o que estava acontecendo com as paletas adaptadas.

A equipe digitalizou nesse formato cerca de 800 processos, de 27 de março de 2023 até a reunião com a tutora Jody Butterworth, em 17 de janeiro de 2024. Um mês antes da reunião, em dezembro de 2023, ela já havia apontado algumas inadequações na metodologia de captura de imagens do EAP1465 e indicou que precisariam ser feitas as

correções, no mesmo e-mail onde abordou as questões da planilha, como mencionamos anteriormente. Abaixo, processo de Apropriação Indébita sendo digitalizado pelo bolsista Douglas Gustavo.

IMAGENS 18 e 19: O primeiro modelo de digitalização do EAP1465



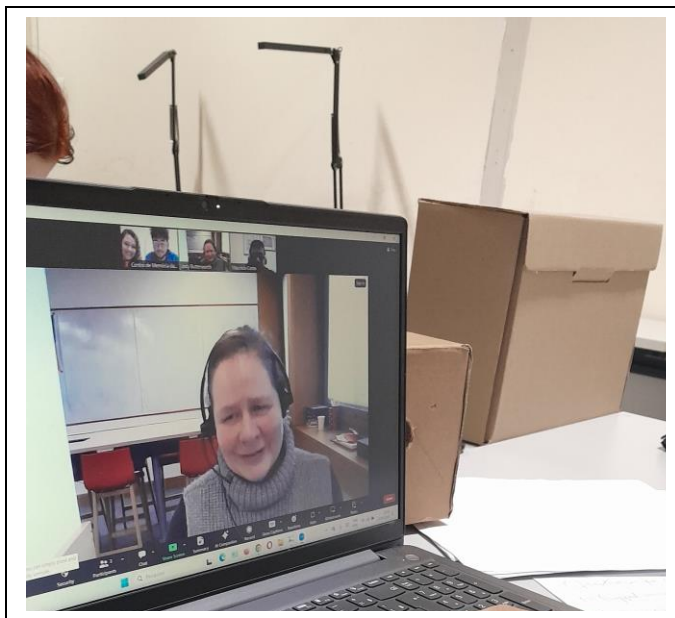
Fonte: Douglas Gustavo em 01 de junho de 2023.

Os bolsistas tiveram até a reunião, que se adequar aos padrões da indicados pela tutora do projeto. Abaixo a reunião em que estavam presentes os bolsistas Raíssa Barbosa e Douglas Gustavo, junto do vice Diretor do CMA à época, professor Antonio Maurício Costa. Os esclarecimentos foram fundamentais para a equipe, pois conseguiram compreender os objetivos da digitalização no padrão EAP para além de apenas fotografar

documentos históricos.

Os padrões são para que seja viável o próprio armazenamento na base de dados da Biblioteca Britânica, para manter essas cópias digitais em segurança, além de disponibilizá-las ao público em alta resolução e fidedignas aos documentos originais.

IMAGEM 20: Reunião com a tutora do projeto, Jody Butterworth



Fonte: Foto de João Rocha, 17 de janeiro de 2024.

Por exemplo, para uma imagem Tiff em formato A4 (formato dos processos judiciais), as diretrizes da Biblioteca Britânica informam que o arquivo deva pesar menos que 35 ou 30 Mb, as imagens da amostra pesavam dos 68 Mb cada uma, considerando que alguns processos chegam em até 700 páginas, ficaria inviável o armazenamento e mesmo o envio dessas cópias digitais para eles, nos HDs externos, o que é feito via correspondência. Ou seja, teriam que ser enviados muitos HDs, o que também envolveria custos.

Outro problema apontado por ela sobre a digitalização até então, era que os Tiffs estavam compactados. E isto estava acontecendo no momento da conversão de Raw para Tiff. Segundo a própria Butterworth e outros autores no livro “Captura Remota: Digitalização do Patrimônio Documental em Locais Desafiadores” (tradução nossa), de 2018 (que os bolsistas chamam de guia da digitalização), para os fins de utilização das imagens desses documentos como preservação em suporte digital, o Tiff compactado não é o ideal.

Os arquivos Tiff são maiores que os JPEGs, por isso mais adequados para fins de arquivamento e documentação devido à sua falta de compactação ou compressão sem

perda. Contudo, se compactados, como estavam os do EAP1465, há perda de informações, sobretudo, as geradas pela captura em formato RAW que armazena dados de imagem exatamente como foram capturados pela câmera, trazendo fidedignidade à cópia digital (Butterworth et al, 2018, p. 60).

Outro problema mencionado por ela sobre as cópias digitais que apresentadas, foi o excesso de borda e quantidade de itens nas imagens, isto é, a régua e as paletas, como vimos na imagem 18. Era apenas necessário manter a Kodak Color Control Patches, a paleta de cores que utilizada, dada sua importância.

O EAP está presente em arquivos de várias partes do mundo. Nem sempre as condições de digitalização são favoráveis, seja pelas condições de armazenamento ou pela própria natureza dos documentos e artefatos originais. Então, em alguns casos não é viável um exato controle da iluminação do ambiente, ou correção de cores nos equipamentos. Portanto, o *checker* de cor é um elemento fundamental na captura das imagens, pois permite que os valores tonais originais sejam percebidos corretamente, independentemente das condições de iluminação (Ibidem, p. 59).

Para ilustrar as condições diversas de digitalização, a imagem a baixo demonstra um caso que aconteceu em um projeto EAP039 no reino budista do Butão, localizado no extremo leste do Himalaia, na Ásia. Devido ao tamanho dos manuscritos, extremamente grandes, eles tiveram que ser fixados em uma placa de madeira e fotografado a uma distância maior com uma câmera em um tripé, devido ao seu tamanho não caber em scanners ou suportes de câmera convencionais.

IMAGEM 21: Fotografando manuscritos budistas no Butão



Fonte: Butterworth et al (2018, p. 24)

Apesar de todas as correções que deviam ser feitas em um grande volume de cópias digitais, Jody elogiou a configuração ISO, RGB de 24 bits das imagens enviadas. Esta foi a diferença que um fotógrafo profissional como Patrick Pardini fez em um projeto de digitalização de documentos históricos.

No e-mail enviado pela tutora em dezembro de 2023, ela esclarecia que não poderia aprovar a amostra até que fossem feitas as correções solicitadas. Esse problema tinha que ser solucionado até a reunião que aconteceu em janeiro.

A questão dos Tiffs compactados foram resolvidas no próprio software de conversão, pois havia a opção de converter de Raw para Tiff compactado e não compactado, reconverteram as imagens. Era inviável redigitalizar as 800 imagens sem a régua e a paleta de escala cinza, mas se fosse preciso fariam. Mesmo assim, ainda havia um problema a ser solucionado.

Como uma imagem que é capturada no maior nível de qualidade dos formatos de imagem que é o Raw e convertida para outro formato de alta resolução que é o Tiff, pesaria menos que 35 Mb? A solução foi que era necessário buscar alguém com experiência e que já tivesse, no estado do Pará, participado de projetos em parceria com a Biblioteca Britânica.

Nas discussões do grupo de pesquisa História Digital na Pan-Amazônia¹⁶ da UFPA, coordenado pelo historiador Prof. Dr. Décio Guzman, a também historiadora Prof^a. Dra. Wania Alexandrino, apresentou as experiências do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA) ligado à Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, em projetos de digitalização de documentos em parceria com instituições internacionais, dentre as quais, a Biblioteca Britânica.

Os bolsistas João Rocha e Aline Tiffany que estavam na reunião do grupo de pesquisa, informaram a coordenação do projeto e o CMA realizou uma reunião com a equipe do CDHBA em 21 de dezembro de 2023 via google *meets*.

Como vemos abaixo, estavam presentes na reunião, da esquerda para a direita, a professora Wania Alexandrino, o bolsista de informática do CDBH Edmundo Rocha, os bolsistas do EAP1465 Williams Renan, Iris Nascimento e Douglas Gustavo. Em baixo, a professora e diretora do CMA na época, Magda Ricci, o coordenador do CDBH Prof. Dr.

¹⁶ Grupo de Pesquisa existente desde o ano de 2022 e que aproxima alunos e historiadores da utilização de ferramentas e recursos digitais para investigar, interpretar, conservar, exibir e disseminar informações e patrimônios históricos. Suas discussões foram muito importantes para nós bolsistas, nas conversas internas que tínhamos sobre a contribuição do EAP1465 para a história de nossa região.

Gerfferson Ramos e os bolsistas Kellen Damasceno, João Rocha e Raíssa Barbosa. Na segunda imagem os bolsistas observavam a apresentação de Edmundo Rocha sobre o recorte de imagens utilizando o *photoshop*. Além dos já mencionados na primeira foto, estão na segunda os bolsistas Erike Gomes e Isaque Nascimento.

IMAGENS 22 e 23: Reunião do CMA-UFPA com CDHBA-UFOPA sobre a experiência deles nos projetos com a Biblioteca Britânica



Fonte: Fotos de Kellen Damasceno em 21 dezembro de 2023.

Na reunião, ambas instituições apresentaram seus projetos em parceria com a Biblioteca Britânica e suas metodologias de trabalho. O projeto do CDBH era intitulado “Digitisation of Justice court files during the 19th century in Brazilian Amazonia (1800-1900)”¹⁷ sob o código EAP1433, que digitalizou a documentação da Comarca de Óbidos, também proveniente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

¹⁷ Conforme informado na página do projeto no site do EAP da Biblioteca Britânica. Disponível em: <https://eap.bl.uk/project/EAP1433>.

Segundo Eronice Catunda (2022, p. 91), é através do Convênio nº 035/2013 entre TJE/PA e UFOPA, que é criado o Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, que passa a ter a guarda do acervo Cível e Criminal das Comarcas pertencentes a região do Baixo Amazonas, sobretudo Santarém, desde o século XIX até o XX.

O EAP1433, foi também iniciado em 2022. E por experiências com outros projetos financiados por instituições internacionais, eles conseguiram desenvolver as atividades neste sem grandes problemas. Portanto, durante a reunião sanaram muitas das dúvidas, principalmente em relação ao que fazer com a borda, régua e paletas excedentes em nossas imagens e com o tamanho delas.

A solução foi dada pelo bolsista de informática deles, Edmundo Rocha, para quem a ferramenta de corte do Photoshop (software de edição da multinacional estadunidense Adobe Inc.) retiraria a régua e a paleta de escala cinza, localizadas uma de cada lado do processo, diminuiria por consequência a borda e o tamanho da imagem, sem que esta perdesse a resolução ou compactasse o Tiff, visto que ao salvar o corte feito, uma caixa de diálogo apresenta a opção de salvar compactado ou não e, o melhor, evitaria que os bolsistas redigitalizassem mais de 800 processos criminais.

Além disso, Edmundo alertou se digitalizassem com bastante borda, o que é controlado pelo zoom da câmera no momento da captura, na hora de recortar, isso diminuiria ainda mais o tamanho das imagens.

O contato com Edmundo que é de uma área diferente da história, reforça a emergência dos debates propostos pelo campo de história digital em nossa formação acadêmica e profissional. Com uma ferramenta de corte de um software bastante conhecido, foi possível solucionar o que era considerado pela equipe de bolsistas um impasse sem solução, por desconhecerem ferramentas digitais básicas.

A dimensão digital, no entanto, não diz respeito no campo da história apenas ao domínio da construção de bancos de dados para as pesquisas, mas também aos demais recursos que permitem a digitalização de documentos com caráter pessoal (digitalizações de documentos feitas pelo historiador com sua câmera digital) ou com caráter público (quando projetos de digitalização de corpus documentais são realizados por instituições apropriadas, como arquivos, bibliotecas, universidades, museus etc., a fim de serem disponibilizados através de mídias de maior alcance, como CD-ROM, internet, etc.). A questão da digitalização de documentos configura um tema central da nossa disciplina, entretanto temos nos ausentado de forma preocupante desse debate (Flores, 2015, p. 246).

Quando se reuniram com a tutora do projeto em janeiro e apresentaram as imagens recortadas, menores que 35 Mb e com pouca borda, ela as aprovou, junto com a planilha

que ficou com os três níveis (coleção, série e arquivo), conforme apresentado anteriormente. De janeiro até maio de 2024, a digitalização fez uma pausa para que o recorte com as 800 imagens que haviam sido feitas, também foi o período de adequar a planilha ao inglês e às regras de preenchimento. Certamente, algumas imagens precisaram ser redigitalizadas, sobretudo quando a régua ou a paleta de escala cinza estavam muito próximas ao documento e impedia o recorte.

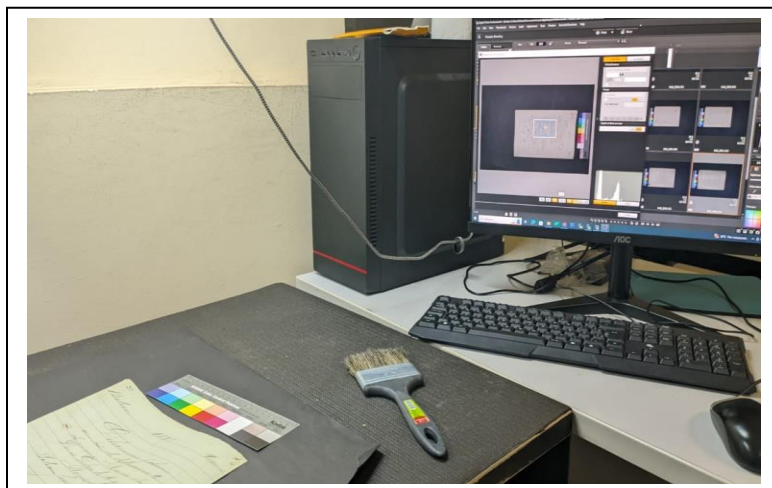
Faltavam poucos meses para o prazo do projeto terminar e era sabido que não seria possível entregar um número de processos aproximado ao proposto de 7992. Tampouco catalogar e digitalizar os livros cartoriais, contudo, a equipe conseguimos higienizar e organiza-los na estante.

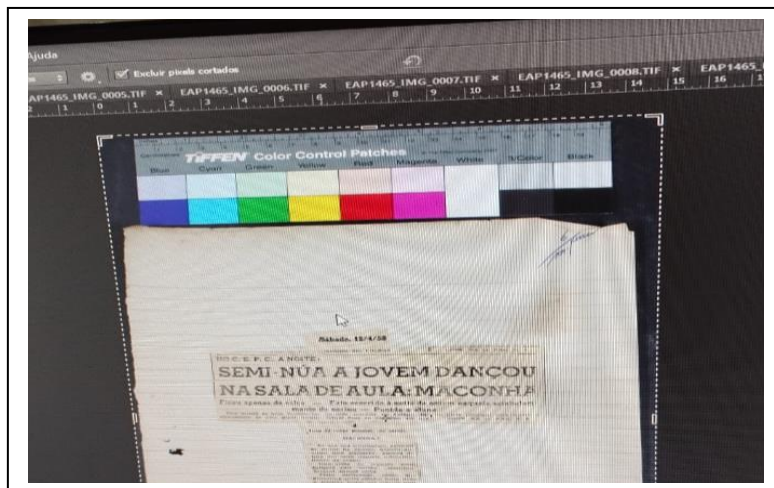
5. OS RESULTADOS DO EAP1465 E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 6 de abril de 2024 os bolsistas continuaram a digitalização a partir da subsérie “Dano”. Após meses apenas recortando as imagens no software da Adobe Photoshop. Mesmo assim, o procedimento de recorte continuaria, visto que somente ele permitia a diminuição do tamanho das imagens em Tiff para a quantidade de megabytes exigidos. Deste modo, as etapas de digitalização seguiam a seguinte ordem:

1. Captura da imagem feita em formato Raw com o zoom da câmera em 18 para gerar bastante borda
2. Conversão da imagem Raw para o formato Tiff através do software Digital Photo Professional para câmeras Canon/ EOS
3. Recorte das imagens no software Adobe Photoshop, feitas uma a uma.
4. Armazenamento nos HDs externos do projeto e fazer upload no *sharepoint* do Centro de memória da Amazônia

IMAGEM 24 e 25: A digitalização correta e o recorte de imagens





Fonte: Processo do crime de Entorpecentes sendo digitalizado e recortado. Foto de Luara Cabral, 19 de novembro de 2024.

A rapidez no procedimento de digitalização aumentou na medida em que eram adquiridas novas câmeras Canon para o projeto e montadas mais mesas digitalizadoras. Em 2022 antes do projeto iniciar, o CMA já possuía uma mesa digitalizadora, utilizada para o projeto “Memórias de Além-mar”. A primeira câmera é uma Canon/EOS 850D. Em maio de 2023, foi adquirida uma Canon/EOS 77D. Em agosto de 2024, foram adquiridas câmeras modelos Canon/EOS Rebel T100 e uma antiga câmera que existia no CMA foi consertada e passou a ser utilizada no procedimento de digitalização, ela é um modelo Canon/EOS Digital Rebel Xti. Ou seja, com o financiamento do projeto o EAP deixou como legado no CMA três mesas digitalizadoras a mais, para que seja possível a digitalização de um grande volume documental que é esse existente no fundo TJE/PA.

Com uma quantidade de câmeras maior e cientes do procedimento correto de captura de imagens, de maio de 2024 a janeiro de 2025, os bolsistas digitalizaram mais de 2 mil processos. Sem mencionar que além das atividades relacionadas ao EAP, existem rotinas administrativas e próprias do cotidiano em um acervo que os bolsistas também cumpriam. Um exemplo foi a chegada de cerca de 30 mil exemplares de livros do Memorial do Livro Moronguêta no segundo semestre de 2022 ao CMA, cujo a organização, transporte e realocação foi feita aproximadamente em dois meses pelos bolsistas, o que atrasou o retorno as atividades do projeto naquele ano.

A partir de junho de 2024, os bolsistas também tiveram que converter as cópias das imagens Tiff para o formato de PDF e inserir a marca d'água do CMA, porque muitos processos foram disponibilizados no site da instituição durante a Semana Nacional de Arquivos, realizada dos dias 03 até 07 de junho. Atualmente é possível consultar no site do Centro de Memória processos crimes de “Acidente de Trabalho” até “Dano” e, com

toda certeza, todos os que acabaram de ser entregues para a Biblioteca Britânica também serão disponibilizados em PDF.

Em janeiro de 2025, as digitalizações foram finalizadas, porque estava próxima a entrega do projeto em março. Foi necessário fazer uma revisão das imagens e da planilha de Descrição, a EAP fornece três meses para essa etapa, visto que são muitas informações a serem checados. Foram feitas duas revisões nas planilhas que correspondem aos processos do HD 1, onde está a primeira parte do projeto, e do HD 2 onde está a segunda parte. Ambos serão enviados por correspondência para o endereço postal da tutora do projeto.

Abaixo, uma imagem dos HDs já identificados para serem enviados a Biblioteca Britânica.

IMAGEM 26: As cópias digitais enviadas em duas partes para o EAP



Fonte: Foto de Raíssa Barbosa em 25 de março de 2025.

Em relação as quantidades finais de processos, imagens e terabytes enviados, o projeto teve como resultado os seguintes valores:

TABELA 2: Resultado do EAP1465

Total de processos digitalizados para o projeto:	3.087
Total de Imagens em Tiff:	211.618
Tamanho final dos arquivos:	5,91 Tb
Quantidades de HDs enviados:	02

Fonte: Raíssa Barbosa e Douglas Gustavo.

Os tipos de crime digitalizados do fundo TJE/PA foram:

Acidente de Trabalho, Agressão, Alistamento Eleitoral, Ameaça, Apropriação Indébita, Arquivamento, Armas Proibidas, Atentado ao Pudor, Atentado Violento ao Pudor, Bigamia, Busca e Apreensão, Calúnia, Calúnia e Injúria, Calúnia, Difamação e Injúrias Impressas, Casa de Prostituição, Carta Precatória, Castigos Corporais Imoderados, Comutação de Pena, Contrabando, Corrupção, Corrupção Ativa e Passiva, Corrupção de Menores, Dano, Defloração, Delito Eleitoral, Desacato, Direção Perigosa de Veículo, Difamação, Difamação e Calúnia Impressa, Disparo de Arma de Fogo, Economia Popular, Embriaguez, Entorpecentes, Espancamento, Flagrante e Comunicação de Prisão, Queixa-Crime de Calúnia, Queixa-Crime de Difamação, Queixa-Crime de Difamação, Calúnia e Injúrias Impressas.

A trajetória do EAP atravessou a vida de muitos estudantes do curso de história da UFPA e que fizeram parte da equipe em temporalidades distintas durante esses mais de 30 meses de projeto. Apesar de todos os limites apresentados e que muitos não dependiam necessariamente da agência dos bolsistas, souberam fazer adaptações e desenvolveram técnicas que foram repassadas de bolsistas mais antigos para bolsistas mais novos.

Ao todo passaram pelo projeto mais de 24 bolsistas do curso de graduação em história da UFPA sendo 14 da licenciatura e 10 do bacharelado. Deram apoio também dois bolsistas de outro projeto desenvolvido no CMA com financiamento do CNPQ, um da licenciatura em história e outra da faculdade de arquivologia, bem como, outra bolsista da faculdade de comunicação social, ambos da UFPA. Somando um total de 27 estudantes que contribuíram para a criação e disponibilização desses processos criminais e coordenados por uma equipe de historiadores, contando os diretores do CMA e os técnicos/servidores.

É inegável o legado deste projeto ao CMA, aos bolsistas e para a história da região amazônica. Ficam as mesas digitalizadores e os bolsistas treinados e experientes para novos projetos que divulguem ainda mais a diversidade de acervos do Centro de memória da Amazônia.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo*. – São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. *Código de Processo Criminal de Primeira Instância do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1832. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm. Acesso em 26 fev. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 2.342, de 6 de agosto de 1873*. Crêa mais sete Relações no Imperio e dá outras providências. Rio de Janeiro: Império do Brasil, 1873. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2342-6-agosto-1873-550798-publicacaooriginal-66847-pl.html>>. Acesso: 24 fev. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 1.030, de 14 de novembro de 1890*. Organiza a Justiça no Distrito Federal. Coleção de Leis do Brasil, Brasília, DF, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1030-14-novembro-1890-505536-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 mar. 2025.

BUTTERWORTH, Jody et al. (Org). *Remote Capture: Digitising Documentary Heritage in Challenging Locations*. Cambridge, UK: Open Book Publishers, 2018. Disponível em: <<https://books.openbookpublishers.com/10.11647/obp.0138.pdf>>. Acesso: 24 fev. 2025.

CASE, Anthea. The Endangered Archives Programme after ten years. KOMINKO, Maja (Org.). *From Dust to Digital: Ten Years of the Endangered Archives Programme*. Cambridge, UK: Open Book Publishers, 2015, pp. 44 - 47.

CATUNDA, Eronice Visgueira Sampaio. *Testemunhos escritos da Amazônia: a gestão de acervos do poder judiciário no Pará (1991-2021)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2022. 112 p. Disponível em: <https://pphist.prosp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2022/disserta%20ERONICE%20%20para%20IFCH.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.

ENDANGERED Archives Programme. *Cataloguing Guidelines. Version 1 – July 2019*. Disponível em: https://eap.bl.uk/sites/default/files/202207/Listing_guidelines_2019.pdf. Acesso em: 28 fev. 2025.

FLORES, Mariana. Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 240-251, jul./dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: MOTTA, Manoel Barros da. (org.) *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 203-222.

GUZMÁN, Décio Alencar; VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; BOMBARDI, F. A. O Centro de Memória da Amazônia e a história demográfica: documentação cartorária de Belém do Pará (1800-1822). In: SCOTT, A. S. V.; FLECK, E. C. D. (Orgs.). *A corte*

no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX. São Leopoldo: Oikos; UNISINOS, 2008. p. 104-116.

ISAD(G): *Norma geral internacional de descrição arquivística.* 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isad_g_2001.pdf. Acesso em: 28 fev. 2025.

KOMINKO, Maja (Org.). *From Dust to Digital: Ten Years of the Endangered Archives Programme.* Cambridge, UK: Open Book Publishers, 2015. Disponível em: <https://books.openbookpublishers.com/10.11647/obp.0052.pdf>. Acesso: 24 fev. 2025.

PARÁ. *Constituição Política do Estado do Pará: dos annos de 1891, 1904, 1914 e 1915.* Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1915. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/constituicao-politica-do-estado-do-para-dos-annos-de-1891-1904-1914-e-1915/>. Acesso em 10 mar. 2025.

PARÁ. Lei n. 455 de 11 de junho de 1896. Reorganiza a Administração Judiciária do Estado. In: *Coleção de Leis do Estado do Pará 1896.* Belém: Imprensa Oficial, 1899. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/legislacoes/colecao-deleisdoestadodopara1896-1900/70/#zoom=z>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO da Gráfica Universitária da UFPA 2016-2025. Disponível em: <https://www.proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/pdu/suplementares/grafica.pdf>. Acesso: 27 fev. 2025.

RELATÓRIO anual de atividades: Biblioteca do Centro de Memória da Amazônia, 2023. [Documento não publicado].

RICCI, Magda; COSTA, Antonio Maurício. *Resumo e Plano de Trabalho do Projeto CMA-UFPA para a British Library (agosto 2022 - julho 2024).* Belém: Centro de Memória da Amazônia, 2023. [Documento não publicado].

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria de Administração. Departamento de Documentação e Informação. Divisão de Arquivo. *Questionário para fiscalização in loco das atividades desenvolvidas no âmbito do Convênio nº 05/2007/TJPA – UFPA: assegurar o cumprimento dos normativos e diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e da Lei nº 13.709/2018.* Belém, 2024. [Documento não publicado].

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. *Convênio nº 005/2007 que entre si celebram o TJE/PA e a Universidade Federal do Pará.* Belém: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 2007. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=828806>. Acesso: 24 fev. 2025

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Guia prático de leitura de documentos judiciais.* Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, 2021.